



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

KALLYNE VIANA CAJÁ DA SILVA

**O EXERCÍCIO DO(A) PROFISSIONAL DA PEDAGOGIA EM UMA CASA DE
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE SOCIAL NA CIDADE DO RECIFE – PE**

RECIFE

2025

KALLYNE VIANA CAJÁ DA SILVA

**O EXERCÍCIO DO(A) PROFISSIONAL DA PEDAGOGIA EM UMA CASA DE
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE SOCIAL NA CIDADE DO RECIFE – PE**

Monografia apresentada ao Curso de licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito para a obtenção de título de licenciado(a) em Pedagogia, orientada pelo(a) Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Tenório Salvador.

RECIFE

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Lorena Teles - CRB-4 1774

S586e Silva, Kallyne Viana Cajá da.
O exercício do(a) profissional da pedagogia em uma Casa de Acolhimento Institucional para crianças em situação de vulnerabilidade social na cidade do Recife - PE / Kallyne Viana Cajá da Silva. - Recife, 2025.
63 f.

Orientador(a): Maria Aparecida Tenório Salvador.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em Pedagogia, Recife, BR-PE, 2025.

Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).

1. Casa de acolhimento. 2. Pedagogos. 3. Educação. 4. Prática de ensino I. Salvador, Maria Aparecida Tenório, orient. II. Título

CDD 370

FOLHA DE APROVAÇÃO

KALLYNE VIANA CAJÁ DA SILVA

O EXERCÍCIO DO(A) PROFISSIONAL DE PEDAGOGIA EM UMA CASA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NA CIDADE DO RECIFE – PE

Data da Defesa: 28/11/2025

Horário: 9 horas

Local: Sala de Seminários - Bloco A - DED UFRPE

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Orientadora: Maria Aparecida Tenório Salvador.

Prof. Dr. Examinador Interno: Filipe Lima Silva

Prof. Dr. Examinador Externo: Otávio Augusto Alves dos Santos

Resultado: Aprovado/a

Reprovado/a

Ao único que é digno de receber a honra e a
glória, a força e o poder.

AGRADECIMENTOS

A princípio, quero externar minha gratidão a Deus pelo seu amor e cuidado para comigo. O que me apresentou a pedagogia, o que me resgatou, o dono dos meus dias, me escolheu e me conhecia antes mesmo de me formar no ventre da minha mãe. E, o que me sustentou e segurou na minha mão durante todo meu percurso acadêmico. Eu não teria conseguido chegar até aqui se não fosse Ele. Que privilégio tê-lo comigo!

Agradeço ao meu esposo, meu companheiro e amigo, que segurou na minha mão nos momentos felizes e também nos angustiantes. Agradeço por seu apoio incondicional, por me incentivar todos os dias, e contribuir para que eu seja uma pessoa melhor e uma profissional mais confiante.

Também agradeço a minha querida mãe, pois nunca desacreditou de mim e sempre me incentivou a estudar cada vez mais. A sua presença em cada etapa da minha vida e trajetória escolar foram essenciais para que eu conseguisse chegar a este momento tão importante.

Ao meu querido pai, que sempre investiu para que eu tivesse uma boa educação e que nunca mediu esforços para me ajudar, até mesmo para me deslocar até a Universidade, mesmo eu já em fase adulta. Obrigada pai por todos os dias, pela manhã, se dispor a me acompanhar até o Departamento de Educação para que eu pudesse seguir firme no percurso da pedagogia.

A minha querida irmã, que também compartilha a jornada pedagógica comigo. Agradeço pelas partilhas de conhecimento, trocas, experiências, apoio e parceria.

Agradeço à minha orientadora, professora Maria Aparecida Tenório Salvador, por toda colaboração, dedicação e orientação ao longo desse percurso. Sua paciência, escuta atenta e sensível foi fundamental para a construção dessa monografia. Sou muitíssimo grata por todo suporte, apoio e por acreditar desde o início na minha pesquisa. Obrigada professora! A senhora foi especial e muito importante. Foi um prazer compartilhar com a senhora esta etapa.

Finalmente, gostaria de fazer um agradecimento especial à professora Fabiana Cristina da Silva (*In Memoriam*), que infelizmente nos deixou de forma tão inesperada. Agradeço, pois de certa forma, foi ela quem nos apresentou as diversas possibilidades de atuação do(a) pedagogo(a) nos espaços não formais de educação o que, conseqüentemente, culminou nesta pesquisa. Fabiana nos deixa um legado de

inspiração. Uma inspiração para esta profissão, e que sempre estará presente em nossa memória!

“[...] façam tudo para a glória de Deus”

1 Coríntios 10.31

RESUMO

O presente trabalho trata das contribuições do(a) pedagogo(a) no contexto de uma Casa de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes destacando as particularidades desse contexto não escolar. O trabalho tem como objetivos específicos: descrever a Casa de Acolhimento e sua organização; identificar os profissionais da equipe técnica que são atuantes nessa instituição, e suas respectivas funções; relacionar as contribuições e as práticas pedagógicas adotadas pelo(a) profissional da pedagogia nesse ambiente. A natureza desta investigação consiste na abordagem qualitativa. No que diz respeito aos instrumentos e meios de coleta de dados, foram utilizadas a observação e a entrevista semiestruturada, portando o diário de campo e o gravador do celular como auxiliar nesta coleta. No que se refere aos participantes e campo da pesquisa, contamos com e os profissionais da equipe técnica, incluindo a Pedagoga, que exercem funções em uma Casa de Acolhimento Institucional na cidade do Recife, Pernambuco. No capítulo de análise dos dados, foi possível observar a estrutura da instituição, como os profissionais atuam e as contribuições da pedagoga nesse espaço. A análise de dados teve como base a metodologia de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2011). A partir dessa análise, foram construídas as categorias que tiveram como base os objetivos específicos elencados nesta pesquisa. Procurou-se fazer um diálogo entre os dados obtidos e a fundamentação teórica, principalmente com Santos e Santos (2011) e Brasil (2010) - Documento normativo que rege as instituições de acolhimento institucional. Nos achados da pesquisa foi possível concluir que a pedagoga trabalha em parceria com a equipe técnica e tem o papel de mediadora no cotidiano da instituição estudada, mostrando-se essencial na promoção do cuidado, da educação e da proteção para com os acolhidos.

Palavras-chave: Casa de acolhimento. Pedagogos. Educação. Práticas de ensino.

ABSTRACT

This paper addresses the contributions of the pedagogue in the context of an Institutional Shelter Home for children and adolescents, highlighting the particularities of this non-school setting. The specific objectives of this research are: to describe the Shelter House and its organizational structure; to identify the professional's that compose the technical team of the institution and their respective roles; and to relate the contributions and pedagogical practices adopted by the pedagogical professional in this environment. This investigation is based on a qualitative approach. Regarding the instruments and means of data collection, observation and semi-structured interviews were used, with the field notebook and the cell phone recorder serving as support tools. Concerning the participants and the research setting, the study involved the technical team professionals, including the pedagogue, who work in an Institutional Shelter located in the city of Recife, Pernambuco. In the data analysis chapter, it was possible to examine the institution's structure, the work dynamics of the professionals, and the contributions of the pedagogue in this context. Data analysis was based on the Content Analysis methodology proposed by Bardin (2011). From this analysis, categories were developed according to the specific objectives outlined in the research. A dialogue was established between the data obtained and the theoretical framework, mainly drawing on Santos and Santos (2011) and Brazil (2010) - the normative document that governs institutional shelter services. The findings of the research indicate that the pedagogue works in partnership with the technical team and plays a mediating role in the daily routines of the institution, proving to be essential in promoting care, education, and protection for the sheltered children and adolescents.

Key-words: Shelter House. Pedagogues. Education. Teaching practices.

LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

CAI - Casa de Acolhimento Institucional

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEDCA - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

CF - Constituição Federal

CONEP - Comissão Nacional de Ética na Pesquisa

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ONG - Organização Não Governamental

PAE - Plano de Apoio Escolar

PEPE - Prática Educacional Pesquisa e Extensão

PIA - Plano Individualizado de Aprendizado

PPP - Projeto Político Pedagógico

SciELO - *Scientific Library Online*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I: TRAÇANDO SABERES – UM OLHAR SOBRE A TEORIA	19
1. Breve história das casas de acolhimento no Brasil	19
2. As casas de acolhimento e a legislação brasileira	21
3. A pedagogia e a educação em espaços não formais – a atuação do(a) pedagogo(a) 23	
4. A importância da afetividade e humanização no acolhimento institucional à criança e ao adolescente	25
5. Revisão de literatura – pesquisas que se aproximam da temática de estudo	26
CAPÍTULO II: CAMINHO INVESTIGATIVO	28
1. Natureza da pesquisa	28
2. Participantes e campo de pesquisa	29
3. Instrumentos e meios de coleta de informações	30
4. Metodologia de Análise	31
CAPÍTULO III: O QUE OS DADOS NOS DIZEM?	33
1. A Casa de Acolhimento Institucional no Recife - Pernambuco	33
1.1 A estrutura física da instituição de acolhimento	34
1.2 Atividades realizadas pelas crianças na casa de acolhimento	37
2. Funcionários atuantes na Casa de Acolhimento	38
2.1 Perfil e atuação do Gestor	39
2.2 Perfil e atuação da Assistente Social	43
2.3 Perfil e atuação das educadoras/cuidadoras	46
3. Contribuições e práticas pedagógicas do(a) profissional da pedagogia na instituição 47	
CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICE	60
Apêndice A - Roteiro da observação	60
1. Estrutura do espaço físico da Casa de Acolhimento:	60

2. Funcionários atuantes na Casa de Acolhimento:.....	60
3. Atividades realizadas pelas crianças na Casa de Acolhimento:.....	60
Apêndice B - Roteiro de entrevista - Pedagogo(a).....	61
1. Dados de identificação:	61
Apêndice C - Roteiro de entrevista - Psicólogo(a)	62
1. Dados de identificação:	62
Apêndice D - Roteiro de entrevista - Assistente Social.....	63
Apêndice E - Roteiro de entrevista - Gestor(a).....	64
ANEXOS	65
Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE	65

INTRODUÇÃO

As Casas de Acolhimento Institucional (CAIs) que acolhem crianças e adolescentes em situação de abandono e vítimas da violência são importantes para o desenvolvimento integral desses indivíduos na sociedade (Brasil, 2010). Além de materializar uma política social são instituições regulamentadas que atuam de acordo e em conjunto com a legislação brasileira, dentre as quais destacam-se a Constituição Federal do Brasil (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei Federal nº 8.069/1990, sendo válido destacar que o ECA foi atualizado em 2016, e visa proteger a criança quando seus direitos são violados. Portanto, essa pesquisa busca compreender sobre como se dá o processo de educação da criança nas casas de acolhimento.

Convém destacar que também analisamos as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2010), nas quais abrangem parâmetros e princípios para o funcionamento dos serviços de acolhimento, porém o referido documento não coloca o(a) pedagogo(a) como um profissional obrigatório em seu quadro de equipe técnica, mas sim que deve haver a presença do educador/cuidador para contribuir no auxílio e nos cuidados básicos às crianças e aos adolescentes.

Desse modo, é premente que os direitos das crianças e adolescentes sejam respeitados e assegurados nas referidas instituições, e, ainda, que leis que vigoram sobre essa temática sejam igualmente cumpridas tanto no que tange ao acolhimento e à realocação delas em suas famílias quanto no atendimento desses familiares.

A partir disso, percebe-se que existe a necessidade de mais pesquisas nessa área de atuação pedagógica, cuja importância se revela na contribuição à garantia de direitos como, o da educação desse público. Ainda é um campo pouco explorado, o que reforça a necessidade de investimento nessas pesquisas ou investigações que possam somar com debates, oferecendo perspectivas novas sobre o assunto. A vista disso, no que tange ao meio acadêmico, as produções de análises sobre os variados espaços pedagógicos podem fortalecer os corpos discente e docente com reflexões acerca da temática e, para a sociedade em geral, pode favorecer avanços referente às práticas educacionais, bem como o atendimento ao público assistido pelas CAIs. Dessa forma, se faz relevante o trabalho ora ser realizado a partir de um processo investigativo, cujo destaque recai sobre a atuação do(a) profissional da pedagogia.

No que tange ao ponto de vista pessoal, o meu interesse pelo tema apontado

surgiu a partir de uma visita realizada pela minha turma ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - PE, durante a disciplina de Prática Educacional Pesquisa e Extensão FN (PEPE FN) no quinto período, do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRPE. Durante o diálogo nessa instituição com os profissionais atuantes no judiciário, questionei sobre o tema da adoção. Ao ser respondida, me auto questionei sobre como se dá também o processo de ensino e de aprendizagem dessas crianças vítimas do abandono ou da violência, a partir do trabalho do(a) pedagogo(a). Questionamento esse que gerou as seguintes indagações: Como as crianças são acompanhadas no quesito educacional? Será que nas instituições que abrigam essas crianças e adolescentes têm a presença de um(a) pedagogo(a)? Como ou quais seriam as práticas pedagógicas adotadas por esse(a) pedagogo(a)? Será que a presença desse(a) profissional é obrigatória nesse espaço não-formal?

Considerando essa contextualização, essa investigação tem como problema: Como o(a) pedagogo(a) pode contribuir nas Casas de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de violência e abandono?

Para que o problema da pesquisa seja respondido, o estudo propõe como objetivo geral: compreender o exercício do profissional da pedagogia em uma Casa de acolhimento Institucional para crianças e adolescentes.

A partir do objetivo geral foram definidos três objetivos específicos:

- Descrever a Casa de Acolhimento e sua organização;
- Identificar os profissionais da equipe técnica que são atuantes nessa instituição, e suas respectivas funções;
- Relacionar as contribuições e as práticas pedagógicas adotadas pelo(a) profissional da pedagogia nesse ambiente.

A pesquisa segue as normas éticas que são coordenadas pela Comissão Nacional de Ética na Pesquisa (CONEP). De acordo com Campos (2020), esse sistema que regula a pesquisa científica é positivo e bastante pertinente visando também contribuir “primordialmente a proteção e segurança tanto física quanto psicológica e sociocultural dos participantes das pesquisas” (Campos, 2020, p. 16). Em síntese, a ética procura esclarecer qual comportamento é correto ou incorreto em determinado espaço, logo assegura resultados positivos e coletados de forma honesta garantindo a integridade e validação dos dados apresentados na pesquisa.

Este trabalho está dividido em 3 (três) capítulos, sendo o primeiro de fundamentação teórica no qual encontram-se organizados em 4 (quatro) tópicos. No

primeiro tópico da fundamentação teórica far-se-á uma breve descrição da história das casas de acolhimento institucional no Brasil que tem sua origem com a invasão dos portugueses ao Brasil em 1500. O segundo trata sobre as casas de acolhimento institucional brasileiras apoiando-se nas leis da Constituição Federal do Brasil (1988) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei Federal nº 8.069/1990). É válido destacar que algumas leis presentes no ECA (Lei Federal nº 8.069/1990) foram atualizadas recentemente, portanto tem impacto de forma significativa nas políticas de proteção integral à criança e ao adolescente. O terceiro tópico aborda a atuação do(a) pedagogo(a) nos espaços não-formais de educação e, conseqüentemente, uma breve síntese sobre o que é a pedagogia e a educação não-formal. O quarto e último tópico do capítulo, aborda um pouco sobre a importância do acolhimento e da afetividade em um ambiente de acolhimento institucional.

De modo geral, as reflexões do primeiro capítulo tem como aporte teórico Marcílio (1998); Luvizaro e Galheiro (2011); Constituição Federal (1998); ECA (1990); Libâneo (1994; 2010); Santos (2011); Brandão (1982); Gohn (2000) e Arpini (2003).

O segundo capítulo apresenta a metodologia da pesquisa e está organizado em 4 (quatro) tópicos. O primeiro, descreve sobre a natureza da pesquisa, o segundo destaca os participantes da pesquisa e o campo escolhido para a investigação. No terceiro tópico são caracterizados os instrumentos e meios de coleta de dados utilizados nesta investigação. E, o quarto tópico, apresenta a metodologia de análise utilizada para interpretação dos dados obtidos com a pesquisa. Nesse capítulo são destacados os estudos de autores como Deslandes (1994); Lara e Molina (2011); Chizzotti (1998); Gil (1987); Lima et al (2007); Bardin (2011).

O terceiro capítulo é destinado à análise e discussão dos resultados da pesquisa, apresentando os dados que foram coletados ao longo da investigação.

E, nas considerações finais, compartilhamos os entendimentos finais obtidos a partir do desenvolvimento dessas pesquisas.

CAPÍTULO I: TRAÇANDO SABERES – UM OLHAR SOBRE A TEORIA

1. Breve história das casas de acolhimento no Brasil

Craidy e Kaercher (2001), retratam um pouco da história de como as crianças eram consideradas na Europa até o século XVI (tratadas como “mini adulto”) e de como a educação era vista. Destarte, a educação das crianças ficava apenas a cargo do grupo social em que estavam inseridas ou dos seus pais/responsáveis. Afastando-se um pouco do contexto europeu, não existia ainda no Brasil uma legislação ou instituição que pudesse ser responsável juntamente com os pais dessas crianças, assegurar essa responsabilidade, a saber, a educação. Logo, a infância bem como a adolescência eram negligenciadas, passando as crianças e os adolescentes a serem vítimas de diversos abusos e do abandono.

Antes da invasão da coroa portuguesa na terra que se passou a chamar de Brasil, já havia aqui crianças e adolescentes indígenas que por sua vez sofreram com a violência imposta pelos portugueses. Contudo, a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) através dos padres jesuítas (vindos de Portugal) ficou responsável por catequizar e educar esses indivíduos que foram forçosamente abandonados. No período colonial (1500) muitas dessas crianças e adolescentes foram afastados das suas determinadas famílias para que pudessem ser educadas baseadas nos princípios católicos, não tendo os seus costumes e crenças respeitadas

As crianças indígenas e africanas, essas últimas que vinham com seus pais nos navios negreiros, passaram a ser atendidas em casas como as “Casas de Muchachos”, que segundo Dourado e Fernandez (1999) eram lugares que acolhiam os órfãos tanto de Portugal quanto os da terra brasileira, ou seja, funcionavam como sendo abrigos socioeducacionais que focavam na educação e catequização desses seres.

Por ter altas demandas de crianças para serem atendidas, muitas dessas casas não conseguiam mais atender a todas elas e por isso, várias crianças começaram a viver de maneira marginalizada nas ruas. Posto isso, Marcílio (1998) nos faz saber que as crianças que foram abandonadas não estavam recebendo a devida assistência da Igreja e nem sequer do Estado, conseqüentemente restava para os civis se responsabilizar por essas crianças. No decorrer do tempo, outras casas foram surgindo no Brasil, como por exemplo as famosas Santas Casas de Misericórdia, que ainda de acordo com Marcílio

(1998), serviam também de abrigo para bebês abandonados ao nascer, abrangendo mais o caráter assistencialista no que tange o cuidar e o educar, desde a tenra idade.

No Brasil Colonial, as Câmaras Municipais que começaram a funcionar a partir do ano de 1560 e que de acordo com Marcílio (1998, p.135) seriam as “únicas oficialmente responsáveis, na legislação portuguesa, pela tarefa de prover assistência aos pequenos enjeitados”, passaram a ser uma assistência formal para ajudar as crianças vítimas do abandono. Como já mencionado, as Santas Casas acolhiam os recém-nascidos deixados na porta da instituição, contudo, em 1828, essas casas passaram a ter total responsabilidade sobre esses bebês e não mais o município.

Ainda nesse período, foi estabelecido com o consentimento da Coroa, “a criação da Roda dos Expostos no Brasil Colonial a partir da ideologia de preservar a moral e a ordem da sociedade” (Luvizaro e Galheiro, 2011, p. 103). As rodas de expostos era um mecanismo de cilindros giratórios feitos de madeira, construídos e adaptados nas instituições como as santas casas e igrejas, nas quais as mães deixavam as crianças e ao girar, os “expostos” já se encontravam dentro da instituição sem que a mãe precisasse se identificar.

Essas casas, começaram a criar um caráter mais educacional do que apenas o assistencial. Deram espaços para médicos higienistas que se preocupavam com a infância das crianças pobres como também com a saúde delas. Na Europa, por exemplo, no século XX isso ganhou bastante força através de médicos como Decroly (1871-1932) e Montessori (1879-1952) devido à Primeira Guerra Mundial, na qual deixou diversas crianças órfãs. Com isso, as casas passaram a se preocupar com a saúde e formação desses indivíduos.

No século XX, em 1927 surge no Brasil o primeiro Código de Menores no qual se buscou estabelecer um conjunto de diretrizes para o acolhimento das crianças vulneráveis e fez com que o Estado passasse a ter, de fato a responsabilidade sobre sua proteção e sua guarda, tirando a responsabilidade das Santas Casas. Contudo, segundo Garcia (2009, p.12) “[...] O Código apontava uma visão jurídica repressiva e moralista, de caráter correcional e disciplinar prevendo repreensão e internamento, em caso de abandono físico e moral das crianças”. Ou seja, o Código de Menores também incluía os chamados “menores infratores”, mas não os diferenciava das crianças e adolescentes vítimas do abandono e da violência.

Em 1988 é promulgada a Constituição Federal Brasileira e com isso, os adolescentes e crianças em situação de abandono passam a ser incluídos como

indivíduos/sujeitos de direitos e deveres, passando então a afirmar que o Estado e a família têm o dever de lhes assegurar os direitos devidos, como à educação, e, tirá-los das situações de violência, abandono etc.

Posteriormente, na década de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei Federal nº 8.069/1990 também surge no país substituindo o Código de Menores, melhorando e aprimorando ainda mais o atendimento e a educação da criança, e dando ainda mais atenção aos seus direitos. E com o ECA, surgem os abrigos institucionais ou também chamados de “Casas de Acolhimento”, casas essas que eram destinadas à assistência e ao desenvolvimento do indivíduo, ou seja, ofereciam um “ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade” (Brasil, 2010, p. 67). Por conseguinte, essas leis são essenciais para a garantia dos direitos dessas pessoas, bem como para afastar um pouco a ideia do assistencialismo, visto que as crianças e os adolescentes são seres ativos que precisam ser estimulados para serem críticos e participativos na sociedade.

2. As casas de acolhimento e a legislação brasileira

A Constituição Federal do Brasil (CF-1988) assegura em seu artigo 5º acerca dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, quais sejam: o “direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, direitos esses vistos como intrínsecos e subjetivos. Entretanto, o artigo 6º do mesmo diploma legal, prevê os Direitos Sociais, a saber: “o direito à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia [...] e à infância, a assistência aos desamparados”. Assim sendo, no que tange à previsão legal para as Casas de acolhimento a Constituição Federal (CF-1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – 1990) são, atualmente, os principais meios de efetivação, assegurando de maneira ampla e clara os direitos dos desamparados e os deveres daqueles que fazem funcionar estas instituições.

De acordo com o artigo 2º do ECA: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (Brasil, 1990, art.2). Ainda, de acordo com o referido Estatuto, quando uma criança ou um adolescente tem os seus direitos violados:

Art. 93. As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo

comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade (Brasil, 1990).

As instituições como as CAIs, de caráter excepcional e provisório, têm como objetivo proteger as crianças e adolescentes que são vítimas da negligência e do abandono, bem como os acolher em casos que é impossível que os responsáveis e familiares cuidem desses indivíduos. Porém, é importante ressaltar que a criança só pode ser distanciada da família quando sua vida é colocada em risco no meio desta. Desse modo, o ECA (1990) através do artigo 92 estabelece que as casas de acolhimento institucional precisam seguir alguns princípios, a saber:

[...] preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; não desmembramento de grupos de irmãos; participação na vida da comunidade local; participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Essa lei também prevê em seu artigo 101 o acolhimento institucional e o acolhimento familiar da seguinte forma:

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

§ 1º O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (Brasil, 1990).

§ 4º Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente, caso em que também deverá contemplar sua colocação em família substituta, observadas as regras e princípios desta Lei (Brasil, 1990).

Portanto, nota-se que essas casas também têm por objetivo fazer com que a criança tenha de fato um retorno familiar seguro. Logo, a família originária da criança terá prioridade nessa volta e, como bem afirma a lei, em casos excepcionais, a família substituta. As CAIs asseguram e priorizam o desenvolvimento integral das crianças pois, segundo o artigo 19 do ECA (1990): “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” (Brasil, 1990, art. 19) - (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016).

Por conseguinte, para finalizar, essas instituições também devem funcionar seguindo algumas obrigações incluídas no artigo 94, quais sejam:

[...] observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes; oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos; preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente; oferecer vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária dos adolescentes atendidos; oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos; propiciar escolarização e profissionalização; propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer.

Para assim, garantir e assegurar a integridade física e psíquica dos menores, bem como a inclusão destes num convívio normal na sociedade, promovendo o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social, indo além ao proporcionar meios para que exerçam sua cidadania e, sejam sujeitos ativos e participativos na sociedade.

3. A pedagogia e a educação em espaços não formais – a atuação do(a) pedagogo(a)

Muitas pessoas pensam e acreditam que a Pedagogia é um(a) método/técnica de como se ensina ou se deve ensinar. Tal ideia é tida por Libâneo (2010) como reducionista e simplista, visto que a pedagogia e as práticas pedagógicas vão além, ou seja, podem ultrapassar as barreiras escolares e percorrer por toda a sociedade. Ainda na perspectiva de Libâneo (1994), a pedagogia é uma ciência que investiga a prática e a teoria da educação, que por sinal, é o seu objeto de estudo, em seus vínculos com a prática social global.

Já Santos e Santos (2011, p. 103) pontuam que a Pedagogia “é um campo de conhecimento sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa”. Portanto, na pedagogia deve haver uma educação que contribua e estimule a consciência crítica da realidade e, tanto o educador quanto o educando precisam aprender ao mesmo tempo que se ensina. O processo de ensino e de aprendizagem deve ser dinâmico e o(a) professor(a) ser um(a) mediador(a) ou facilitador da aprendizagem, do novo saber do(a) aluno(a) (Albuquerque, 2002).

Destarte, como já mencionado a educação é o objeto de estudo da pedagogia assim sendo, de acordo com Santos e Santos (2011) ela está em todos os lugares, seja na escola, na rua, nas igrejas, em casa, ou em outros espaços sociais. Para Brandão (1982) não há apenas um único modelo de educação e nem uma única forma de educar.

Ainda seguindo o raciocínio do autor, “a educação é, como outras, uma fração do

modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade” (Brandão, 1982, p. 2). Sendo assim, a educação não se dá como um fato isolado, mas é moldada pelas características da sociedade. O termo *educação* pode ter vários sentidos como o de ser um processo produto e instituição (Mialaret 1976 apud Libâneo 2010). Tal como pode ser considerada em duas modalidades: a educação não-intencional e intencional; educação formal e não-formal.

A educação formal e não-formal se diferencia em seus conceitos, porém estão interpenetradas. Inicialmente, é válido lembrar que toda educação pode sim ser formal, mas pode se dar em ambientes diversificados. Conforme Libâneo (2010, p. 88) “a Educação formal seria, pois, aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática”. Baseado nessa análise, a escola convencional, as universidades, se encaixam nesse perfil, pois as atividades nelas realizadas são de fato estruturadas e intencionais.

Contudo, pretende-se neste trabalho, focar a educação não-formal, que ainda conforme Libâneo (2010, p. 89) “são aquelas atividades com caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas, mas não formalizadas”. Dessa maneira, espaços nos quais ocorre o aprendizado fora do ambiente escolar formal/tradicional, seja museus, penitenciárias, casas de acolhimento, hospitais, zoológicos, espaços jurídicos, empresas etc., são considerados espaços não-formais. Espaços esses que são importantes para novas oportunidades e chances formativas, para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional do indivíduo, nos quais, também proporcionam uma educação inclusiva e acessível para públicos diversos e de diferentes faixas etárias fora da sala de aula (Libâneo, 2010).

Importa considerar a afirmação de Gohn (2020, p. 13):

[...] a educação não formal é uma ferramenta importante no processo de formação e construção da cidadania das pessoas, em qualquer nível social ou de escolaridade, destacando, entretanto, sua relevância no campo da juventude. Pelo fato de ser menos estruturada e mais flexível, consegue atingir a atenção e o imaginário dos jovens. Ela possibilita ganhos civilizacionais— a inclusão social, o combate ao preconceito. Quando é acionada em processos sociais desenvolvidos em comunidades carentes socioeconomicamente, ela possibilita processos de inclusão social via o resgate da riqueza cultural daquelas pessoas, expressa na diversidade de práticas, valores e experiências anteriores.

No que diz respeito ao profissional da Pedagogia, a Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDBEN – Lei nº 9394/96) afirma em seu artigo 64 que:

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (Brasil, 1996).

À vista disso, “o pedagogo tem se caracterizado como o profissional responsável em direcionar as práticas de intervenção na Educação Não-Formal, já que sua formação permite um conhecimento amplo sobre o ato de educar” (Santos e Santos, 2011, p. 100). Mediante tal afirmação, os profissionais da pedagogia são habilitados para atuar no âmbito educacional, portanto é importante a presença do(a) pedagogo(a) em espaços não-formais de educação, pois é este(a) profissional que desenvolve e planeja atividades que respeitem as singularidades e as necessidades de cada educando, atividades essas que também facilitam e tornam o ensino e a aprendizagem significativa.

Ou seja, o seu trabalho tem como características “[...] a identificação de necessidades no processo ensino/aprendizagem, a indicação de metodologias adequadas, planejamento, acompanhamento e avaliação da ação educativa [...]” (Santos e Santos, 2011, p. 105). Além do mais, o(a) pedagogo(a) precisa estimular e mediar, bem como promover um ambiente em que a colaboração seja incentivada para melhor enriquecer as experiências adquiridas durante o aprendizado.

4. A importância da afetividade e humanização no acolhimento institucional à criança e ao adolescente

Conforme Luvizaro e Galheigo (2011), ainda há estigmas quando o assunto se refere aos programas de acolhimento institucional nos abrigos/casas. Para as autoras “o abrigo assim necessita desconstruir suas raízes asilares e se construir a partir de novas bases” (Luvizaro e Galheigo, 2011, p. 195). Logo, a Casa de Acolhimento é/pode ser para as crianças um lugar de apoio, porém só será um espaço de apoio social se respeitar e considerar a integralidade das suas necessidades (Luvizaro e Galheigo, 2011).

É válido destacar que, crianças institucionalizadas em situação de vulnerabilidade e de afastamento familiar ainda podem ser vistas como indivíduos que têm “algum problema em sua bagagem” (Arpini, 2003, p. 75). Tal colocação ou estigma surge da ideia de que esses seres são culpados por estarem passando por determinada situação, a saber, de abandono ou violência (Arpini, 2003). Ou seja, situações em que se põe em

risco a sua integridade psicológica e física. Deste modo, se faz preciso que as instituições não reproduzam essa acusação, proporcionando então um lugar de escuta dos seus sentimentos, frustrações, tristezas, e proteção, pois as crianças e os adolescentes precisam ser acolhidos no ambiente em que estão ou serão inseridos, sendo isso necessário para o seu desenvolvimento pleno (Luvizaro e Galheigo, 2011). Além disso, a humanização nesse espaço é necessária, porque permite que esses indivíduos sejam vistos e reconhecidos como seres únicos, cada um com sua subjetividade e necessidade.

Por conseguinte, faz-se importante que as instituições de acolhimento tenham relações saudáveis com os institucionalizados e que, apoiado nas leis que regem o acolhimento, promovam a afetividade, bem como “a singularidade, facilite o diálogo e a mediação dos conflitos e se revele como um espaço potencial para o desenvolvimento infanto-juvenil” (Luvizaro e Galheigo, 2011, p. 197).

5. Revisão de literatura – pesquisas que se aproximam da temática de estudo

Neste tópico, são apresentadas as produções acadêmicas mais recentes sobre a temática em questão. Isto é, foi realizado um procedimento de busca por pesquisas que se aproximam ou que estejam relacionadas à temática ora estudada e, como fontes e/ou meios de acesso a esses estudos, utilizamos o Repositório Institucional UFRPE, a Biblioteca Virtual de Periódicos Científicos - *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), e o Portal de Periódicos da CAPES, tendo como limitação em todas as plataformas os anos de 2014 a 2024.

Dando início ao levantamento bibliográfico, no dia 04 (quatro) de dezembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), através da procura utilizando palavras-chaves como “instituições de acolhimento” e “pedagogo e casa de acolhimento”, encontramos no catálogo do Repositório do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) apenas 1 (um) trabalho sobre o referido tema de estudo. O trabalho encontrado tem como título: “O papel do Pedagogo nas casas de acolhimento institucional: um estudo de caso na cidade de Jaboatão dos Guararapes – PE”, tendo como autor/a Eliza Maria Alves de Souza (2021).

Diante do que foi encontrado, concluímos que o interesse pela pesquisa sobre a nossa temática se encontra escassa em nossa Universidade. O tema relacionado ao pedagogo e às práticas pedagógicas em um espaço como uma casa de acolhimento à criança e ao adolescente se destaca como não sendo predominante ou frequentemente

investigado pelos estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia, logo, com apenas 1 (um) trabalho encontrado, mostra-se evidente a necessidade de mais pesquisas acadêmicas na área.

Em continuidade, buscou-se analisar e selecionar trabalhos na plataforma SciELO. Através das análises dos resumos de cada pesquisa, utilizando as palavras-chaves anteriormente citadas não foram encontradas pesquisas com a temática voltada para o papel do(a) pedagogo(a), porém utilizando a palavra-chave “abrigo institucional” obtivemos 16 resultados, contudo apenas 1 (um) era relacionado ao curso de Pedagogia, mais precisamente, ao perfil dos(a) educadores(a) e cuidadores(as) atuantes do abrigo institucional. O trabalho tem como título: “Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil”, e tem como autores/as Lília Lêda Chaves e Laiane da Silva Corrêa (2012).

Em última análise, pesquisando através do Portal de Periódicos da CAPES, assuntos como “instituições de acolhimento” e “trabalho pedagógico”, encontramos apenas duas produções acadêmicas referentes ao pedagogo nas instituições de acolhimento. E, no catálogo de teses e dissertações da CAPES utilizando o assunto “pedagogo e acolhimento institucional” encontramos 22 (vinte e dois) trabalhos, contudo 1 (um) era voltado ao profissional da pedagogia. O trabalho tem como título: “O trabalho do pedagogo na instituição de acolhimento: reflexões sobre educação” tendo como autoras Vanessa Dantas Vieira e Gilmar Lupion Moreno (2023).

CAPÍTULO II: CAMINHO INVESTIGATIVO

Deslandes (1994, p. 31 apud Minayo 1994) pontua que “fazemos um projeto de pesquisa para mapear um caminho a ser seguido durante a investigação”. Não tão distante, a metodologia é bem mais do que apenas uma descrição das técnicas que irão ser utilizadas ao longo da investigação, ela aponta a lógica que o pesquisador obteve do quadro teórico (Deslandes 1994 apud Minayo 1994). Faz-se necessário ter cautela e entender que há uma diferença entre os termos metodologia e método.

Conforme Richardson (1999) os termos método e metodologia não devem ser confundidos, visto que:

[...], **método** é o caminho ou a maneira para chegar a um determinado fim ou objetivo, distinguindo-se assim, do conceito de **metodologia**, que deriva do grego *méthodos* (caminho para chegar a um objetivo) + *logos* (conhecimento). Assim, a metodologia são os procedimentos e regras utilizadas por determinado método. Por exemplo, o método científico é o caminho da ciência para chegar a um objetivo. A **metodologia** são as regras estabelecidas para o método científico, por exemplo: a necessidade de observar, a necessidade de formular hipóteses, a elaboração de instrumentos etc. (Richardson, 1999, p. 22. Grifos do autor).

Logo, a metodologia de uma pesquisa é importante para se obter dados e resultados que sejam de caráter confiáveis e significativos, bem como para sua credibilidade. Desse modo, para o desenrolar deste capítulo faz-se necessário considerar os embasamentos teóricos para melhor descrever a natureza, instrumentos e meios da pesquisa, o campo ou universo a ser pesquisado e, os sujeitos da investigação.

1. Natureza da pesquisa

Para melhor atender aos objetivos desta investigação, a natureza da pesquisa é qualitativa, e foi desenvolvida a partir do estudo de caso, que segundo Lara e Molina (2011, p. 6) é “uma categoria de pesquisa cujo objetivo é uma unidade que se analisa aprofundadamente”.

O estudo de caso, nos permite compreender melhor, ou seja, de forma mais profunda, as ações do objeto de estudo, fazendo uso de variadas fontes de informação e de dados obtidos em diferentes situações. Posto isso, Lara e Molina (2011, p. 7) afirmam que:

[...], os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda [...] usam uma variedade de fontes de informação. Ao desenvolver o estudo de caso, o pesquisador recorre a uma variedade de dados, coletados

em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de tipos de informantes [...] utilizam uma linguagem e uma forma mais acessíveis do que os outros relatórios de pesquisa.

Dessa forma, o estudo de caso apresenta-se como um tipo de abordagem que busca valorizar os detalhes do contexto pesquisado, possibilitando uma compreensão ou análise mais detalhada e singular sobre a realidade estudada. A linguagem mais acessível, na qual destacam Lara e Molina (2011) colabora para uma maior acessibilidade, isto é, favorece a ampliação do alcance do conhecimento que foi produzido e, além de especialistas e/ou profissionais da área, outras pessoas interessadas na temática poderão se apropriar das informações e dados contidos, refletindo sobre eles e, considerando aplicá-los em seus contextos de atuação.

Deslandes (1994) apud Minayo (1994) nos faz saber que a abordagem qualitativa não deve se basear nos critérios numéricos para que sua representatividade seja assegurada. Portanto, a pesquisa qualitativa permite o estudo abrangente do mundo real, tal como sua dinamicidade com o sujeito. Diante disso, Chizzotti (1998, p. 79) argumenta que “a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a abordagem estabelecida viabiliza e proporciona o diálogo entre o objeto e o sujeito que analisa e observa, logo, considera o sujeito e, segundo o autor, a natureza da pesquisa já citada nos permite ser um sujeito-observador, que interpreta e atribui significados aos fenômenos, tendo todos eles sua devida importância (Chizzotti, 1998).

O processo investigativo também foi composto por análise documental, que de acordo com Lara e Molina (2011, p. 25) “os documentos podem ser encontrados em arquivos públicos, ou de empresas particulares, em arquivos de entidades educacionais e/ou científicas, em arquivos de instituições religiosas, ou mesmo particulares, em cartórios, museus, videotecas, filmotecas, correspondências, diários, memórias, autobiografias ou coleções de fotografias”. A análise de dados teve como referência o documento das Orientações Técnicas: Serviços de acolhimento para Crianças e Adolescentes, documento este que “tem como finalidade regulamentar, no território nacional, a organização e oferta de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, no âmbito da política de Assistência Social” (Brasil, 2010, p. 17).

2. Participantes e campo de pesquisa

Acerca dos sujeitos/participantes da pesquisa, Chizzotti (1998, p. 84) assinala que:

Todos os sujeitos são igualmente dignos de estudo, todos são iguais, mas permanecem únicos, e todos os seus pontos de vista são relevantes: do culto e do iletrado, do delinquente e do seu juiz, dos que falam e dos que se calam, dos normais e dos anormais.

Outrossim, no que diz respeito aos participantes da pesquisa, foram pesquisados uma profissional formada em pedagogia e que atuasse em um espaço não-formal de educação, a saber, uma Casa de Acolhimento Institucional, e, ademais profissionais que atuam nesse ambiente buscando compreender suas respectivas funções, como o(a) gestor(a), psicólogo(a) e assistente social, e as relações desses profissionais com o/a pedagoga.

Em suma, o campo de pesquisa foi uma Casa de Acolhimento Institucional situada na cidade do Recife – PE, que acolhe crianças em situação de abandono desde o nascimento ou que tenham sofrido algum tipo de violência e que tenha o(a) pedagogo(a) atuante na instituição.

3. Instrumentos e meios de coleta de informações

No que tange aos instrumentos e meios para a coleta de informações, foram selecionados, com base em Gil (1987), Lima (*et al* 2007) e Ludke e André (1986) a observação sistemática e a entrevista semiestruturada.

Para realizar a análise da estrutura e organização da instituição, foi utilizada a observação sistemática como técnica de coleta de dados apoiando-se no registro como instrumento. De acordo com Gil (1987, p. 100) “a observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano”. Seguindo esse raciocínio, a observação possibilita que os fatos sejam percebidos de forma direta tornando a coleta mais evidente. Portanto, a observação sistemática segue um planejamento, definindo inicialmente o que precisa ser observado e conseqüentemente os objetivos da observação - (Apêndice A). O registro, por sua vez “[...] consiste na tomada de notas por escrito ou na gravação de sons ou imagens” (Gil, 1987, p. 105). Para o registro das observações foi utilizado o Diário de Campo, compreendido como uma documentação que:

[...], apresenta tanto um “caráter descritivo-analítico” [...] como também um caráter “investigativo e de sínteses cada vez mais provisórias e reflexivas” [...] Portanto, a documentação tem um caráter dinâmico e flexível quando se consideram suas finalidades – enquanto base para a investigação e para o direcionamento do exercício profissional (Lima et al 2007, p. 96).

O Diário de Campo é bastante utilizado pelos(as) profissionais da educação e estudantes, contudo outros profissionais também podem utilizá-lo para registrar as suas atividades diárias e a realidade observada. É um diário que pode funcionar como “agenda de tarefas, como um caderno de observações e relatos pontuais de atendimentos individuais” (Lima et al 2007, p. 98). Em sua teoria, por ser um documento com flexibilização, o profissional ou aluno, assumindo o papel de pesquisador, tem a oportunidade de refletir sobre o que encontra no campo e anotar cotidianamente suas análises, ações e observações, podendo se tornar também um documento de “espaço de troca de saberes, ampliando e/ou gerando novos conhecimentos” (Lima et al 2007, p. 96) do(a) profissional.

Assim, o Diário de Campo se faz importante em uma pesquisa, pois conduz no detalhamento (Lima et al 2007) de toda uma observação do dia a dia do espaço, do seu meio físico e dos sujeitos da pesquisa, considerando ainda “as visões de mundo que perpassam o contexto observado” (Lima et al 2007, p. 99). Nessa linha, utilizar determinada forma de registro pessoal em pesquisas auxilia no complemento e ampliação de informações coletadas sobre o ambiente e os participantes da pesquisa, e, ainda, de acordo com Triviños (1987) *apud* Lima et al (2007) todo esse processo pode ser entendido como uma atividade de coleta de dados e análise das informações.

De acordo com Ludke e André (1986), a entrevista semiestruturada por ser mais flexível, “se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (Ludke; André, 1986, p. 34). A entrevista semiestruturada será utilizada para entender a prática do(a) Pedagogo(a) - (Apêndice B) e quais as suas contribuições na casa de acolhimento, como também será necessária para entender como o(a) Psicólogo(a) - (Apêndice C), Assistente Social - (Apêndice D) e Gestor(a) ou Coordenador(a) - (Apêndice E) atuam e quais suas funções na instituição. É válido ressaltar que, para cada participante, terá um roteiro de entrevista. E, para registrar as respostas será utilizado um gravador de áudio, se houver consentimento do entrevistado para que as falas sejam transcritas, pois “[...] O uso disfarçado do gravador constitui infração ética injustificável” (Gil, 1987, p. 119).

4. Metodologia de Análise

A metodologia de análise adotada para esta pesquisa foi a Análise de Conteúdo. Bardin (2011, p. 47) afirma que o referido tipo de análise é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Ainda em relação à abordagem de Análise de Conteúdo, Gomes (1994) *apud* Minayo (1994) nos diz que:

[...], através da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipóteses) (Gomes, 1994 *apud* Minayo, 1994, p. 74).

A análise de conteúdo, de acordo com Bardin (2011) se organiza em três etapas distintas e cronológicas, que são: 1- pré-análise, 2- exploração do material, 3- tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Na primeira fase o material é coletado e organizado, ou seja, há uma análise e primeiras impressões sobre os dados obtidos e que serão destrinchados ao longo da pesquisa. Em sequência, o material será explorado de forma mais sistemática, e segundo Gomes (1994 *apud* Minayo, 1994, p. 76) “é a fase mais longa. Pode haver necessidade de fazermos várias leituras de um mesmo material”. E, na terceira fase os dados são analisados tendo como ligação e referências os objetivos da pesquisa e o referencial teórico selecionado.

No que tange a esta investigação, a primeira etapa, a saber, a pré-análise resultou em fazer uma leitura atenta e minuciosa sobre os dados obtidos, proporcionando uma compreensão maior do conteúdo. Na etapa de exploração do material, foi realizada a categorização sistemática das informações contidas nos dados, a fim de identificar temas e partes significativas pensando também nos objetivos do estudo. Finalmente, na terceira e última etapa, houve a organização dos dados relacionando-os com os teóricos que fundamentam nossa pesquisa, identificando e delimitando categorias para interpretação.

CAPÍTULO III: O QUE OS DADOS NOS DIZEM?

Este capítulo destina-se à análise dos dados coletados através da observação e das entrevistas realizadas com a pedagoga e com os demais profissionais que compõem a equipe técnica da instituição que já foram mencionados anteriormente. A partir das respostas dos participantes da pesquisa, foram elaborados três tópicos tendo como intuito, responder aos objetivos específicos listados nesta investigação. Cada um dos participantes assinou o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) - (Anexo A), garantindo o anonimato e a ética da pesquisa.

Visando contribuir com as reflexões neste capítulo, buscamos relacionar os tópicos com as - Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2010), normas que regem as instituições de acolhimento.

O capítulo, agora exposto, resulta da análise dos dados coletados no decorrer desse estudo. Sua estruturação está em consonância com a metodologia proposta por Bardin (2011), a saber, a pré-análise - leitura do material obtido; Exploração do material - categorização dos dados, tendo como referência os objetivos específicos selecionados; Tratamento dos resultados obtidos - interpretação e análise das informações relacionando com o aporte teórico.

1. A Casa de Acolhimento Institucional no Recife - Pernambuco

Na respectiva sessão, vamos discorrer sobre a casa de acolhimento selecionada como campo para realizar esta pesquisa, dando ênfase à descrição de sua estrutura física, funcionários atuantes e até mesmo, sua trajetória histórica.

A princípio, ressaltamos que durante o processo de busca pelo campo, encontramos certa dificuldade em encontrar uma CAI que atendesse aos critérios da nossa pesquisa. Contudo, ao entrar em contato com mais ou menos 10 (dez) instituições, conseguimos estabelecer vínculo e tivemos autorização para desenvolver nosso estudo em determinado espaço. A instituição se mostrou receptiva e bastante aberta para a realização da pesquisa, buscando contribuir ativamente e colaborar com a coleta de dados, prestando as informações relevantes e necessárias para a coleta.

É importante destacar que as Orientações Técnicas (2010) definem as instituições que prestam serviço de acolhimento a crianças e adolescentes como Abrigo Institucional, Casa-Lar, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, República e Regionalização do

Atendimento nos Serviços de Acolhimento, “apontando parâmetros que deverão orientar a organização dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes no País” (Brasil, 2010, p. 67). Entretanto, a todo momento, abordamos a instituição em tela como Casa de Acolhimento/Casa-Lar, uma vez que a mesma se identifica como tal.

A CAI foi fundada há 34 anos, no ano de 1991, e é uma instituição que não possui vínculos financeiros com a Prefeitura do Recife, sendo uma organização sem fins lucrativos, recebendo verbas apenas de projetos sociais. Projetos esses que são cofinanciados, ou seja, que apoiam e contribuem para o desenvolvimento da casa, incluindo a questão alimentícia dos acolhidos. Porém, a casa tem autorização governamental para estar em funcionamento, estando pautada também nos documentos legais vigentes. Deste modo, continua servindo às famílias, e oferecendo suporte emocional, cognitivo e social principalmente às crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade, da melhor maneira possível.

Atualmente a casa não atende adolescentes, apenas crianças em situação de risco. São crianças de ambos os sexos entre 0 a 12 anos de idade, o que diante das orientações técnicas (2010) está adequado, pois a faixa etária para este tipo de instituição é de 0 a 18 anos.

Seguindo o roteiro de observação (Ver apêndice A), passamos, a seguir, à descrição da estrutura da casa de acolhimento e as atividades realizadas pelas crianças e disponibilizadas para elas.

1.1 A estrutura física da instituição de acolhimento

A instituição de acolhimento pesquisada está situada numa área residencial e habitada, e conforme regem as orientações segue o padrão das residências confrontantes, e não possui fachada de identificação, respeitando o que ordena a norma regulamentadora de que “não devem ser instaladas placas indicativas da natureza institucional do equipamento, também devendo ser revistas nomenclaturas do serviço que remetam à aspectos negativos, estigmatizando e despotencializando os usuários” (Brasil, 2010, p. 76).

Durante a visita à instituição, através do roteiro de observação - (Apêndice A), foi possível perceber que a Casa apresenta uma estrutura compatível e regular com as demandas do serviço. A norma regulamentadora orienta que o ambiente de acolhimento deve ser:

[...], gradativo da autonomia, de modo condizente com o processo de desenvolvimento e aquisição de habilidades nas diferentes faixas etárias. Nessa direção deve-se considerar, por exemplo, desde as condições para estimular a exploração do ambiente e desenvolvimento psicomotor das crianças nos primeiros anos de vida, até a aquisição da autonomia para o auto-cuidado, preservação de objetos pessoais e cumprimento de responsabilidades decorrentes de atividades desenvolvidas na comunidade – lazer, esporte, cultura, saúde, educação, qualificação profissional, trabalho, etc (Brasil, 2010, p. 58).

Mediante tal orientação, observou-se a seguinte estrutura física no espaço da CAI fazendo paralelo com as recomendações das orientações técnicas (2010):

- **Área externa:** Parque/área recreativa disponível, destinado ao lazer e a socialização das crianças acolhidas.
 - **ORIENTAÇÕES TÉCNICAS:** Espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras, evitando-se, todavia, a instalação de equipamentos que estejam fora do padrão socioeconômico da realidade de origem dos usuários, tais como piscinas, saunas, dentre outros, de forma a não dificultar a reintegração familiar dos mesmos (Brasil, 2010, p. 82).

- **Cozinha:** Equipada e com despensa para armazenamento de alimentos e espaço para acomodar utensílios.
 - **ORIENTAÇÕES TÉCNICAS:** Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendidos pelo equipamento e os cuidadores/educadores (Brasil, 2010, p. 81).

- **Refeitório (Sala de jantar/copa):** Espaço adequado para realização das refeições, sendo um cômodo anexado a sala de estar da Casa e, também é adequado para acomodar o número de crianças da Casa de Acolhimento.
 - **ORIENTAÇÕES TÉCNICAS:** Com espaço suficiente para acomodar o número de crianças e adolescentes da Casa-Lar e os cuidadores/educadores. Pode tratar-se de um cômodo independente, ou estar anexado a outro cômodo (p. ex. à sala de estar ou à cozinha) (Brasil, 2010, p. 81).

- **Quartos:** Foram identificados 3 quartos, sendo compostos por 3 (três) beliches e 2

(dois) triliches, totalizando 18 (dezoito) camas disponíveis no total. Também há 1 (um) quarto para as cuidadoras da Casa.

- **ORIENTAÇÕES TÉCNICAS:** Nº recomendado de crianças / adolescentes por quarto: até 4 por quarto. Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas / berços / beliches dos usuários e para a guarda dos pertences pessoais de cada criança e adolescente de forma individualizada (armários, guarda-roupa, etc.).
 - **ORIENTAÇÕES TÉCNICAS (Quarto para educador/cuidador residente):** Com metragem suficiente para acomodar cama (de solteiro ou de casal) e mobiliário para guarda de pertences pessoais (Brasil, 2010, p. 81).
- **Banheiro:** A instituição possui 5 (cinco) banheiros com 1 (um) lavabo, 1 (um) vaso sanitário e 1 (um) chuveiro e 1 (um) deles é destinado a pessoas com deficiência (PCD).
 - **ORIENTAÇÕES TÉCNICAS:** Banheiros com 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para até 6 (seis) crianças e adolescentes. Pelo menos 1 dos banheiros deverá ser adaptado a pessoas com deficiência. 1 lavatório e 1 vaso sanitário e chuveiro para os cuidadores/educadores (Brasil, 2010, p. 81).
- **Sala de funcionários:** Não possui.
- **Sala do/a gestor/a:** Espaço reservado para a gestão da instituição.
 - **ORIENTAÇÕES TÉCNICAS:** Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil / financeira, documental, logística, etc). O espaço administrativo deve ter área reservada para guarda de prontuários das crianças e adolescentes, em condições de segurança e sigilo (Brasil, 2010, p. 82).
- **Sala para equipe técnica:** Espaço disponível para o trabalho das equipes multiprofissionais (Assistente social, Psicóloga e Pedagoga).
 - **ORIENTAÇÕES TÉCNICAS:** Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões, etc) (Brasil, 2010, p. 82).

- **Ambiente para estudo:** Ambiente adequado, utilizado e destinado ao convívio e estudo (reforço) das crianças acolhidas.
 - **ORIENTAÇÕES TÉCNICAS:** Poderá haver espaço exclusivo para esta finalidade ou, ainda, ser organizado em outro ambiente (quartos, copa) por meio de espaços suficientes e mobiliário adequado, quando o número de usuários não inviabilizar a realização da atividade de estudo/leitura (Brasil, 2010, p. 81).

A instituição também conta com:

- **Área de serviço:** Área destinada a atividades como lavagem e secagem de roupas, contribuindo para a manutenção e limpeza da Casa de Acolhimento.
 - **ORIENTAÇÕES TÉCNICAS:** Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene do abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendido pelo equipamento (Brasil, 2010, p. 82).
- **Sala de estar:** Espaço amplo e que acomoda bem as crianças e os adultos, destinado ao convívio e socialização das crianças.
 - **ORIENTAÇÕES TÉCNICAS:** Com espaço suficiente para acomodar o número de crianças e adolescentes da Casa-Lar e os cuidadores/educadores residentes (Brasil, 2010, p. 81).
- **Almoxarifado:** Espaço pequeno destinado para armazenamento de materiais diversos que são utilizados no cotidiano da instituição.

De forma geral, a estrutura física encontrada demonstra um espaço organizado para atender as necessidades básicas e sociais das crianças assistidas na instituição, garantindo condições para o desenvolvimento das atividades cotidianas e dos serviços prestados pela instituição.

1.2 Atividades realizadas pelas crianças na casa de acolhimento

As orientações técnicas (2010, p. 75) recomendam que “as crianças e adolescentes tomem parte nas decisões acerca da rotina da casa, de modo que os(as) mesmos(as) reconheçam-se como parte integrante do grupo, com direitos e deveres”. Assim, foi possível observar na Casa de Acolhimento que a rotina das crianças acolhidas inclui momentos de atividades livres como brincar umas com as outras no parquinho e com os brinquedos disponibilizados.

Além disso, são realizadas atividades dirigidas com intencionalidade pedagógica, planejadas pela equipe técnica e cuidadoras. Entre essas atividades destacam-se trabalhos de recreação como atividades esportivas em lugares abertos como uma praça próxima à instituição, aulas de música, oficinas pedagógicas (realizadas com voluntários), projetos de evangelização - cabendo ressaltar que o Estado Brasileiro é laico - e, reforço escolar (Plano de Apoio Escolar - PAE).

Essas atividades cotidianas mostram que a instituição busca promover o desenvolvimento integral das crianças, oferecendo oportunidades de participação ativa em sua rotina, fortalecendo então os vínculos interpessoais. Ao participar de propostas como essas, as crianças são estimuladas a desenvolver habilidades cognitivas, motoras e afetivas, favorecendo a convivência comunitária e a reintegração familiar futura.

2. Funcionários atuantes na Casa de Acolhimento

No que concerne aos funcionários atuantes da instituição, as orientações técnicas (2010) destacam uma equipe de profissionais mínima para desempenhar atividades na Casa de Acolhimento. Entre os profissionais destacados estão: coordenador, equipe técnica, educador/cuidador residente e auxiliar de educador/cuidador residente.

O campo pesquisado conta com uma equipe composta por voluntários, funcionários contratados e efetivos, que atuam de forma integrada com propósito de atender às necessidades das crianças que são acolhidas no espaço.

Sobre os Voluntários:

- 8 (oito) voluntários do PAE;
- 3 (três) voluntários da logística de uma instituição religiosa;
- 2 (dois) voluntários de um projeto educativo;
- Uma médica pediatra;
- 1 (um) nutricionista.

Sobre os funcionários contratados:

- 13 (treze) educadoras/cuidadoras;
- 1 (um) recreador contratado (prestador de serviço).

Sobre os funcionários efetivos:

- Uma assistente social;
- Uma psicóloga;
- Uma pedagoga.

Para cada funcionário, as orientações estabelecem qual perfil acadêmico e profissional o funcionário precisa ter, a quantidade de profissionais para o atendimento de até 20 crianças na instituição e, as principais atividades que o funcionário deve desenvolver.

Por conseguinte, baseado nas entrevistas individuais, abordaremos nos subtópicos seguintes, as atribuições de cada um dos profissionais que compõem a equipe técnica da instituição, quais sejam, o gestor, a assistente social e as educadoras/cuidadoras. Vale salientar que, a casa de acolhimento possui um(a) profissional da psicologia, entretanto, o(a) mesmo(a) não participou da entrevista por motivos pessoais, resultando da não coleta de dados, configurando-se como um(a) participante indireto(a) na pesquisa.

2.1 Perfil e atuação do Gestor

O perfil indicado pelas orientações técnicas (2010) referente ao gestor ou coordenador da instituição é: formação mínima de nível superior e experiência em função congênere; Experiência na área e amplo conhecimento da rede de proteção à infância e juventude, de políticas públicas e da rede de serviços da cidade e região.

O gestor responsável pela Casa de Acolhimento apresenta uma formação acadêmica diversificada, com graduação em Engenharia civil e Engenharia de produção, além de possuir Mestrado em Gestão.

Embora sua trajetória profissional não tenha sido construída no campo da docência, sua formação em gestão pode ser considerada um diferencial no que toca à organização administrativa da instituição de acolhimento. Além disso, o gestor acumula uma significativa experiência prática, tendo atuado por 20 anos como voluntário em outras

Casas possibilitando-lhe um contato direto com diferentes realidades das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Atualmente, mesmo aposentado, continua desenvolvendo suas funções na CAI. Sua vivência inclui participação como voluntário em diferentes casas de acolhimento, o que enriqueceu sua compreensão acerca dos desafios enfrentados por crianças em situação de vulnerabilidade social.

Durante a entrevista, o gestor destacou que sua motivação para atuar em uma CAI está relacionada a um interesse pessoal que surgiu ainda na adolescência. Desenvolveu diversas atividades ligadas à infância, incluindo ações com crianças em situação de rua, o que despertou nele o desejo de contribuir para a transformação social através do acolhimento institucional. Assim, ele afirma que:

Desde a minha adolescência eu já tinha essa, não vou dizer vocação [...], tive várias atividades, várias ações na minha vida, [...], ligada a criança, ao adolescente, [...], de rua, e etc., é uma coisa antiga, um sonho antigo, e as coisas vão acontecendo, vai amadurecendo e você vai se comprometendo.

No que se refere às principais atividades desenvolvidas por ele e suas responsabilidades, o mesmo ocupa o cargo de diretor geral da Casa. A referida posição implica como sendo uma posição abrangente, pois de acordo com ele, sua responsabilidade é “global”.

Atualmente sou diretor geral, então minha responsabilidade é global. Tenho a diretoria, tenho a responsabilidade geral como um todo, [...], tudo o que ocorre aqui você tem que tá envolvido então, com essa função você tem que ter a visão global daqui da casa, do que acontece, participar da dinâmica da casa, e ir utilizando estratégias, [...]

Dessa forma, através dessa fala, o gestor nos faz entender que todas as necessidades e situações envolvendo a instituição requerem bastante atenção e envolvimento da sua parte, demandando uma ampla visão da dinâmica da Casa de Acolhimento. Vemos que o gestor também destaca a importância e a necessidade de pensar em estratégias que sejam voltadas para o futuro da instituição, incluindo a manutenção do funcionamento e, caminhos ou percursos para o desenvolver do trabalho de acolhimento às crianças com qualidade.

Ao ser questionado sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição de acolhimento, se há, como foi elaborado e como é a convivência pela instituição, o gestor afirma que participou de sua elaboração, de forma conjunta, contudo atribui a pedagoga

toda sua organização, e que ela poderia explicar mais sobre esse documento.

Sim, quem elaborou foi (*nome da pedagoga*). Quem coordena é a pedagoga, ela é a responsável por esse plano, mas ela fez em conjunto com a gente. É um processo interativo com todos, houve participação nesse sentido, é a responsável que pode falar mais pra você, a própria (*nome da pedagoga*) que é responsável pelo PPP.

Posto isso, percebemos que o gestor compreende que o PPP deve ser construído em caráter coletivo, porém percebemos através de sua colocação que há um distanciamento com relação a sua função até porque esse profissional também deve ser ativo na coordenação da construção do referido documento em parceria com os demais profissionais da equipe técnica (Brasil, 2010).

Sobre os desafios que a instituição enfrenta atualmente, o gestor destaca a complexidade de atuar em um espaço como uma CAI que acolhe crianças em situação de risco e vulnerabilidade, um lugar que é marcado por diversas histórias de vida e subjetividades.

A criança pode chegar aqui em qualquer hora qualquer data e vemos, saúde, alimentação, escola, [...], Nesses 20 anos que eu estou aqui, já moraram aqui conosco exatamente 413 crianças. São muitas vidas, muitas responsabilidades, muitas histórias, etc.

Tal número expressivo de crianças que foram acolhidas durante duas décadas da instituição se mostra como um indicador da seriedade do trabalho realizado pelos profissionais da Casa e da intensidade do compromisso e das experiências e ações desenvolvidas pela instituição. O gestor também destaca a sustentabilidade financeira como um desafio da instituição de acolhimento, dando ênfase ao funcionamento que depende muito de doações, associados e convênios. Segue a fala do profissional atuante na gestão no que se refere a tal desafio:

[...], um grande desafio que nós temos, não só eu como a casa de acolhimento é a parte da sustentação financeira, porque nós não temos um patrocinador, então aqui é um somatório de ações para que as coisas andem, financeiramente falando, então nós temos quadro de associados, nós temos doações, convênios etc., a gente tem que ficar muito atento a isso porque os custos são altos, altos não que sejam desperdícios, mas altos pela própria finalidade da atividade em si, [...], nós temos funcionários aqui, tudo é regularizado, carteira assinada, [...], mas tudo isso é um custo inerente, alimentação, [...]

Através dessa colocação, percebemos que a falta de um associado fixo faz com

que a Casa viva sempre em constante necessidade de obter recursos para dar continuidade ao seu funcionamento. O gestor admite que os custos são altos não por causa de desperdícios ou má administração, mas sim por causa das várias demandas do cotidiano da instituição, manutenções, alimentação, contratação de funcionários para compor a equipe, entre outros.

Para finalizar, questionamos ao gestor se ele considera que a profissional da pedagogia é importante e, se contribui na construção de um ambiente mais acolhedor e inclusivo na Casa de Acolhimento, e o mesmo afirma que essa presença é necessária:

Sim, por isso que nós temos. Por lei, obrigatoriamente nós temos que ter só a assistente social e uma psicóloga, a gente poderia manter apenas a assistente e psicóloga com a carga horária de no mínimo 60 horas, mas pelas nossas demandas, pelo o que a gente observa aqui, nós optamos por ter três profissionais, uma assistente social, uma psicóloga e uma pedagoga no caso, que é muito útil porque toda essa questão educacional, lidar com as escolas, com a creche, com os professores e coordenar um plano que nós temos que é o plano de apoio escolar, que vem voluntários, [...], colaborar com o reforço escolar das crianças, [...], uma criança que está passando por uma situação dessa geralmente chega aqui com enorme carência no campo educacional, um enorme atraso no acompanhamento escolar, então o pedagogo aqui, [...], é vital porque isso é uma lacuna muito grande até pelas características de vivência, de onde essas crianças vieram.

Em sua fala, ressalta que a presença da pedagoga amplia o trabalho na instituição, visto que responde a uma demanda bastante recorrente: a defasagem educacional das crianças assistidas. Analisamos através da fala que muitas dessas crianças chegam à instituição com várias lacunas no seu processo de escolarização, sendo esta umas das consequências diretas da situação de vulnerabilidade na qual a criança se encontra. Diante disso, o trabalho da pedagoga se torna essencial para sua reinserção na escola e, conseqüentemente, para o processo de ensino e de aprendizagem.

Outro elemento importante mencionado é a ligação que a pedagoga tem com a rede de ensino (creche, escola, professores), além de coordenar o Plano de Apoio Escolar (PAE) que é desenvolvido com o auxílio de voluntários. Esse desempenho indica que a pedagogia não fica restrita ou limitada apenas ao espaço interno da Casa, ao contrário, ela vai além dos muros da instituição contribuindo com o fortalecimento de vínculos externos, certificando que as crianças acolhidas tenham a garantia do direito à educação.

Por conseguinte, as falas do gestor, de modo geral, acabam indo de encontro ao que as orientações técnicas (2010) afirma sobre as atividades a serem desenvolvidas por

esse profissional, a saber: Gestão da entidade; Elaboração, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, do Projeto Político Pedagógico do serviço; Organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos; Articulação com a rede de serviços; Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos.

2.2 Perfil e atuação da Assistente Social

As orientações técnicas (2010) apontam o seguinte perfil para a equipe técnica da instituição de acolhimento: Formação mínima em Nível superior; Experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco.

Dessa forma, o perfil da assistente social, no que tange à sua formação, se alinha ao que é preconizado, pois a mesma é graduada em Serviço social e pós-graduada em Intervenção na família, acumulando 24 anos de experiência profissional na área social.

De acordo com o seu relato, a sua atuação sempre esteve atrelada ao atendimento de jovens, encaminhando-os para o mercado de trabalho e no acompanhamento de menores infratores. A sua entrada na CAI pesquisada se deu de forma circunstancial, através de uma colega que deixara o cargo. Porém, o primeiro contato foi essencial para uma rápida identificação com o trabalho, fazendo com que a mesma permanecesse na instituição por 24 anos. Segue a seguinte declaração da assistente social:

[...], eu sempre trabalhei na área social, desde que eu me formei eu já fui estagiar na área social. Então, o acolhimento foi através de uma amiga minha, eu não conhecia realmente, a minha parte onde eu trabalhava era com jovens, encaminhamento para emprego, mercado de trabalho, e trabalhei com menores infratores, [...], ela perguntou, [...], pra mim se eu queria ficar, que ela ia precisar sair e eu ficaria no lugar dela. E foi aí que eu comecei o serviço, e aí de lá para cá eu gostei, me identifiquei e estou até hoje.

A assistente social também abordou um pouco sobre sua função no acolhimento institucional, destacando o trabalho realizado em conjunto com a psicóloga da Casa e a pedagoga. Segundo ela, enquanto a pedagoga concentra-se principalmente nas demandas das crianças, ela enquanto assistente social, e a psicóloga, atuam com a família, especialmente no que se refere à reinserção familiar das crianças acolhidas. Assim, boa parte do trabalho é realizado de forma conjunta com a psicóloga, indo desde visitas domiciliares até a elaboração de relatórios.

Eu sou assistente social, então eu junto com a psicóloga trabalhamos em parceria, [...], é um trabalho interdisciplinar, juntas, nós três, só que a gente fica muito mais com a família, (nome da pedagoga) fica mais com a parte das crianças e a gente com a parte social, com a questão da família e todo o trabalho com reinserção familiar da criança, então a gente faz todo esse trabalho junto ao juizado, na articulação de processos, participação nas audiências, nos níveis de relatórios, [...], nos atendimentos às famílias, [...]

Sua fala dialoga com o que está nas normas, quando estabelecem as principais atividades desenvolvidas pela equipe técnica “Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar” (Brasil, 2010, p. 79). Isso fica em evidência quando a entrevistada ressalta a participação conjunta com os demais profissionais da equipe destacando que o trabalho interdisciplinar se organiza de forma a atender tanto as crianças quanto às famílias. Embora cada um tenha ações distintas referentes a sua atuação, tudo se volta para a reinserção familiar. A profissional também enfatiza os desafios enfrentados por ela na instituição, salientando duas dimensões: intervenção junto às famílias e articulação com a rede de serviços. No que se refere a família, a assistente declara que:

[...], nosso desafio é fazer intervenção em que a gente consegue sensibilizar aquela família. Quando a criança vem pra cá ela vem por algum motivo, [...], ela não vem do nada, vem por alguma violação de direito, alguma violência cometida a ela, e aí a gente tenta trabalhar em cima dessa questão mostrar pra ela que alguma coisa aconteceu de errado, alguma coisa que fez com que essa criança fosse atendida, então o desafio é tentar fazer com que a família reflita o que causou, o que foi a causa que gerou esse acolhimento, [...]

Vemos então que há uma grande dificuldade em conscientizar os responsáveis quanto às razões que levaram ao acolhimento da criança. Logo, percebemos que muitos deles não compreendem a situação de risco que ocasionou o afastamento da criança do seio familiar, portanto, compreendemos que um dos desafios é promover e fomentar reflexões que possam abrir caminhos para a reaproximação familiar com proteção e segurança.

[...], Um desafio que a gente também encontra no trabalho é com relação à rede, quando a gente faz encaminhamento tem o desafio, [...], a questão da saúde mesmo a gente tem dificuldade com psiquiatra, com neurologista, que a gente precisa buscar, questão na própria rede de saúde, ainda bem que aqui temos voluntárias pediatras que dão esse apoio, que nos ajudam, [...], então os desafios são os encaminhamentos da rede pra que as coisas realmente aconteçam, [...], a gente encaminha pra o CREAS, [...], que é o órgão da assistência social, pra ver se o CREAS consegue acompanhar a família.

Como se pode observar acima, a profissional ainda afirma que a interação com a rede de serviços também se apresenta como um desafio no que concerne ao acompanhamento especializado e à saúde. Através da sua fala, nota-se que há dificuldades para encaminhar os acolhidos aos profissionais para atendimento de certas necessidades. Mesmo que a instituição tenha o apoio de voluntários como uma nutricionista e uma pediatra, por exemplo, há uma limitação de recursos dificultando ainda mais a realização das ações de forma efetiva ou de maneira esperada. Por outro lado, percebe-se que o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) pode ser também limitado, o que demanda da assistente social juntamente com a equipe um acompanhamento bastante persistente para que os acompanhamentos garantam um atendimento efetivo.

A profissional de serviço social destacou se acha importante ou não que a casa de acolhimento tenha a presença de um profissional da pedagogia e a mesma respondeu o seguinte:

Com certeza. É muito importante. Ter esse profissional dentro de uma casa de acolhimento é muito importante, mas eu sei que tem questões financeiras mesmo e as instituições às vezes não tem condições, então pelo menos o básico, o trio têm que ter, é importante. Porque essa parte pedagógica é toda com ela, a parte de oficinas, a parte de trabalhar temas com eles, contação de história, é ela que faz, essa questão do PAE foi construção dela, essa questão da elaboração, [...], junto com o diretor, que é ela quem coordena, [...], todo esse apoio pedagógico da acolhida, do reforço escolar, trabalhando outras coisas necessárias, [...], é super importante essa parte pedagógica, [...]

A fala da assistente social sinaliza que essa presença não somente complementa o trabalho da equipe técnica, mas também fortalece as formas de intervenção socioeducativas às crianças assistidas pela instituição de acolhimento. Todas essas ações citadas referentes ao trabalho da pedagoga, favorecem e estimulam a participação das crianças e também constrói vínculos, resultando em um processo importante para o enfrentamento e fortalecimento das crianças frente às condições de situação de risco que as levaram à situação de acolhimento.

2.3 Perfil e atuação das educadoras/cuidadoras

O documento das Orientações (2010) afirma que em uma Casa-Lar, deve-se haver a presença de auxiliares de educador/cuidador residente e um educador/cuidador residente, pois é esta característica que difere a Casa-Lar de um Abrigo Institucional.

Sendo assim, este profissional também precisa participar das ações referentes à Casa e ter “a autonomia para gerir a rotina ‘doméstica’, inclusive as despesas da casa” (Brasil, 2010, p. 76).

No caso do campo pesquisado, observa-se que o processo de contratação das cuidadoras segue alguns critérios que vão além da exigência mínima de ensino médio completo. Além da formação escolar, aspectos como capacitação prévia, experiências anteriores relacionadas ao cuidado e habilidades interpessoais também são considerados. Ressalta-se ainda que, após a inserção no trabalho na CAI, a instituição promove formações internas, com o objetivo de aprimorar tanto o relacionamento entre a própria equipe quanto à forma de lidar com as crianças acolhidas. Desse modo, evidencia-se uma tentativa de harmonizar a prática institucional às orientações normativas, a fim de garantir que o papel das cuidadoras seja exercido de maneira qualificada e condizente com as especificidades da Casa de Acolhimento.

Quanto à formação continuada, nota-se que a instituição promove espaços de formação de conhecimentos voltados às cuidadoras. Para isso, conta com a colaboração de profissionais externos, como psicólogos, instrutores de primeiros socorros e nutricionistas, que conduzem orientações e palestras direcionadas a temas específicos, como por exemplo, alimentação saudável, cuidados emergenciais, entre outros. Essas ações contribuem para o aprimoramento e para que as cuidadoras ampliem seus saberes técnicos e fortaleçam suas competências no cuidado integral das crianças da Casa.

Além das cuidadoras serem responsáveis pelo acompanhamento cotidiano das crianças, suas atribuições vão muito além da supervisão direta. Em conformidade com as Orientações Técnicas (Brasil, 2010), às educadoras/cuidadoras auxiliares são responsáveis por desempenhar funções que apoiam o trabalho do educador/cuidador residente, contribuindo para o cuidado integral das crianças. Entre suas atribuições destacam-se os cuidados com a moradia, preparação de alimento, limpeza e organização do ambiente, para que haja condições adequadas de segurança e higiene.

O educador/cuidador residente, por sua vez, tem responsabilidades mais amplas. Inclui a organização da rotina doméstica e do espaço residencial, o cuidado básico com a alimentação, higiene, e a construção de uma relação afetiva com cada uma das crianças. Também cabe a este profissional organizar o ambiente, auxiliar o acolhido no enfrentamento de sua história de vida, e também contribuir para a construção de sua identidade. Além disso, acompanha o acesso de serviços de saúde, educação e outros serviços necessários ao cotidiano, além do apoio na preparação para o desligamento da

criança na instituição juntamente à equipe técnica, garantindo que esse desligamento seja feito de forma respeitosa (Brasil, 2010).

3. Contribuições e práticas pedagógicas do(a) profissional da pedagogia na instituição

O profissional da pedagogia não integra, obrigatoriamente, a equipe técnica das instituições de acolhimento nas Orientações Técnicas (2010), apenas o assistente social e o psicólogo são mencionados como integrantes obrigatórios. Porém, mesmo não sendo obrigatório, constata-se que a instituição pesquisada reconhece a importância do pedagogo em sua equipe para contribuir com o desenvolvimento educacional e socioemocional das crianças, organização de atividades pedagógicas, e projetos que promovam o bem-estar dos sujeitos assistidos pela CAI.

A profissional, participante da pesquisa que resultou neste trabalho, possui formação em Pedagogia, com pós-graduação em Psicopedagogia e em Programas e projetos sociais, atuou por 6 anos em escolas e tem 11 anos de experiência em organizações voltadas para crianças e adolescentes em situação de risco. Sua trajetória inclui trabalho em uma Organização Não Governamental (ONG), onde teve contato direto com crianças que estavam vulneráveis, o que lhe proporcionou uma visão mais profunda nas necessidades desse público. Tal vivência, despertou seu interesse em desenvolver ações que promovam cuidado e educação através do trabalho social vinculado à pedagogia. Conforme relato da entrevistada:

[...], a primeira experiência que eu tive, foi em uma ONG, [...], nessa ONG a gente trabalhava com crianças, [...], que eram vulneráveis, então dali partiu a minha vontade de sempre trabalhar pelo lado social, [...], eu sempre gostei dessa área do social com relação à pedagogia, de ter esse olhar para as ONGs, trabalhar com projeto social.

Através dessa fala, confirma-se que a motivação para atuar em um espaço como uma CAI, está ligada a essa experiência inicial, assim, sua escolha profissional reflete tanto a formação acadêmica quanto à experiência prática, estando alinhadas a um compromisso social e ético com a infância e a adolescência.

Ao ser questionada se sua formação ao longo do curso de Pedagogia contribuiu ou não para trabalhar em uma CAI, a pedagoga considera que sim. Ela ainda destaca que os conhecimentos adquiridos na faculdade, como elaboração de projetos, fundamentos do

ensino básico, podem ser atrelados a esse contexto. Segundo ela:

[...], a gente aprende, [...], escrever projetos, [...], questão dos cuidados, dos ensinamentos básicos que se tem em sala de aula e se tem também dentro de uma casa de acolhimento então, [...], é super necessário pra questão do desenvolvimento da criança, [...], e isso a gente aprende na faculdade.

Além do mais, a sua formação também incluiu experiências voltadas para o ensino em espaços não formais, por meio de disciplinas e práticas pedagógicas conhecidas como PPPs. Essas atividades focadas na pedagogia social, também permitiram que ela desenvolvesse interesse pelo trabalho social desde os primeiros períodos da graduação.

A gente paga disciplina na faculdade com relação a isso, que são os famosos PPPs, são as práticas pedagógicas, então a nossa segunda PPP, [...], era sobre espaços não-formais, trabalhar em espaços não formais, pedagogos em espaços não-formais, educação social também a gente tinha disciplinas em relação a isso, voltada a projetos sociais, [...]

Durante a entrevista, foi explicitado pela pedagoga um dos maiores desafios enfrentados por ela, no que se refere à aprendizagem das crianças. A mesma pontua que:

O maior desafio é que elas, [...], são acolhidas e muitas delas, quando vem pra cá, não frequentavam a escola. Eram apenas matriculadas, ou não frequentavam, estavam fora de faixa, [...], então nossa grande dificuldade é de inserir elas na escola, delas terem essa rotina escolar, coisas que elas não tinham na família delas, é aqui que elas começam a ir realmente, regularmente, todos os dias pra escola. De sentar, de fazer atividade, de fazer a tarefa de casa, de aprender, [...]

Posto isso, esse relato mostra que a principal barreira encontrada não está apenas no processo de aprendizagem em si, mas também na adaptação das crianças à rotina escolar, visto que é algo muitas vezes inexistente no contexto familiar anterior da criança acolhida. O ingresso na escola de forma regular exige delas não apenas a compreensão de conteúdos, como também a internalização de práticas escolares, como a realização de tarefas de casa, o compromisso diário com os estudos na CAI, entre outros. “(...) a escola constitui importante instrumento para assegurar o direito à convivência comunitária de crianças e adolescentes” (Brasil, 2010, p. 47), assim, essa parceria entre a CAI e a escola formal reflete não só o fortalecimento de vínculos mas também, a construção de uma educação sensível.

Dessa forma, a CAI e a pedagoga do espaço assumem um papel importante ao

contribuir e proporcionar esse acompanhamento, mediando a inserção das crianças no ambiente escolar e favorecendo a construção de uma trajetória educativa mais consistente, o que converge com a visão de Santos e Santos (2011), quando afirmam que “o trabalho do pedagogo tem como característica o diagnóstico, a identificação de necessidades no processo de ensino/aprendizagem” (Santos e Santos, 2011, p. 105).

Esse acompanhamento é realizado dentro da sala de estudos da instituição, com a pedagoga juntamente com voluntários, que auxiliam nesse processo de aprendizagem. É um espaço pequeno, porém climatizado, há mesas e um espaço literário. Esse ambiente foi criado justamente para ter uma rotina de estudos, para favorecer o suporte pedagógico, nele as crianças podem ter orientações individualizadas, ter revisões de conteúdos escolares, estímulo à leitura, autonomia, etc. Assim, as crianças podem receber o apoio preciso de acordo com suas especificidades e dificuldades, fortalecendo seu percurso educacional.

Dentre os trabalhos de um pedagogo em espaços não formais de educação destaca-se o planejamento de ações educacionais voltadas para a formação do indivíduo enquanto cidadão (Santos e Santos, 2011). Diante disso, a pedagoga da CAI pesquisada também desenvolve ações educativas por meio do PAE - Plano de Apoio Escolar, um projeto que é voltado para o acompanhamento das atividades escolares das crianças. Sobre este plano, a pedagoga coloca que:

[...], eu tenho hoje um projeto que se chama PAE que é o Plano de Apoio Escolar, que aí eu tenho um grupo de voluntários que eu dou assistência, [...], que me ajudam a acompanhar essas crianças, as atividades escolares dessas crianças. Aí eles vêm uma vez por semana e eles têm aquelas crianças específicas que eles pegam, fazem a tarefa de casa delas, junto com elas, e quando não vem tarefa, faz alguma tarefa, eu deixo alguma tarefa pra elas.

Nesse plano de apoio, a pedagoga coordena os voluntários, oferece suporte e orientação para que eles auxiliem as crianças em suas tarefas e no aprendizado. Cada um dos voluntários acompanha grupos específicos de crianças, ajudando na atividade ou propondo atividades alternativas quando não há tarefas específicas da escola.

Além desse acompanhamento, a pedagoga também promove intervenções pedagógicas mais lúdicas dentro da CAI. De acordo com a entrevistada, entre essas atividades estão inclusas: “[...], as oficinas pedagógicas, as oficinas mais lúdicas, [...], a contação de histórias, [...], fazer uma pintura, [...], assistir um filme e depois a gente tentar

relatar o que aconteceu naquele filme”.

Essas oficinas não apenas contribuem para a complementação do aprendizado escolar, mas também contribuem para o desenvolvimento socioemocional, incentivando a participação ativa e o engajamento das crianças nas atividades que combinam educação e lazer. Logo, a pedagoga compreende que “os sujeitos precisam estar em aprendizado contínuo” (Santos e Santos, 2011, p. 107).

A avaliação da ação educativa também faz parte do processo de acompanhamento dos indivíduos por um pedagogo (Santos e Santos, 2011). A pedagoga nos faz saber que o processo de avaliação pedagógica na instituição de acolhimento é realizado por meio do Plano Individual de Aprendizado (PIA), um instrumento utilizado para acompanhar de forma detalhada o desenvolvimento de cada uma das crianças desde sua chegada à CAI.

[...], a gente tem um PIA que é o Plano Individual de Aprendizado, de acompanhamento de cada criança, [...], é como se fosse um diário, a criança chega, é aberto esse PIA, [...], tudo o que acontece na vida da criança é colocado nesse PIA e dentro dele tem o lado educacional, [...], é lá no PIA que a gente coloca se ela já sabe ler, se ela já tá desenvolvendo se não, [...], vai tá sempre alimentando, a gente faz esse controle.

Através dessa fala e da observação do referido Plano, entende-se que nele são registradas todas as informações relevantes sobre a trajetória das crianças, incluindo aspectos educacionais, como a escola em que foi inserida, o acompanhamento de provas e atividades escolares, bem como o progresso em habilidades como leitura e outras competências. O PIA funciona como um diário de acompanhamento, permitindo que a profissional da pedagogia acompanhe a evolução, planeje intervenções específicas e indique “metodologias adequadas” (Santos e Santos, 2011, p. 105) para que tenha o suporte preciso para o desenvolvimento integral dos acolhidos.

A pedagoga também destaca que o contexto e a história de vida das crianças direcionam sua prática pedagógica dentro da instituição:

Acho que o contexto de vida delas é o que norteia o meu trabalho, que norteia trabalho pedagógico mesmo, o que elas são, o que elas trazem, as principais necessidades delas, [...], dentro do quadro pedagógico, [...], esse momento da primeira infância, [...], porque muitas delas não viveram, não vivenciaram essa infância, [...], muitas vezes ela vem com um irmão, ela é responsável pelo irmão, então aqui a gente trabalha isso, que ela volte a ser criança, através do brincar [...]

A pedagoga ressalta que muitas crianças acolhidas não vivenciaram plenamente a

primeira infância e, em alguns casos, assumiram responsabilidades precoces, como cuidar dos irmãos, o que interfere diretamente em seu desenvolvimento e nas experiências educativas. Dessa maneira, a atuação pedagógica nesse espaço favorece o resgate da infância, buscando proporcionar oportunidades para que essas crianças retomem o direito de ser criança, através do brincar, através da educação e de atividades que promovam seu crescimento integral, a saber, cognitivo, emocional e social.

Assim, compreendemos que a prática pedagógica dentro de uma CAI não se limita apenas a um planejamento para o ensino de conteúdos formais escolares, mas sim está direcionada a construção de um espaço de desenvolvimento em que considera as experiências que outrora a criança viveu, bem como suas necessidades individuais.

A profissional explica que a Casa de Acolhimento conta com vários projetos que apoiam o funcionamento e o desenvolvimento da instituição, alguns deles são co-financeiros, como o Criança Esperança, por exemplo, e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA . Esses projetos tem como objetivo principal garantir o funcionamento da casa, como coloca a pedagoga:

[...], o que são esses projetos? São pra apoiar a casa, o desenvolvimento da casa, aí o que é colocado nesses projetos?, [...], desde alimentação, a lista de compras que a gente precisa manter, [...], os próprios salários das cuidadoras, quando está inserindo alguém da equipe técnica [...]

Santos e Santos (2011, p. 107) afirmam que “ao elaborar, coordenar e avaliar projetos educacionais é necessário que esse profissional esteja inteirado da realidade sociocultural e econômica do campo onde se dará o processo educativo”. Diante disso, os projetos também financiam atividades pedagógicas e recreativas, como oficinas realizadas duas vezes por semana, os passeios a outros espaços, que ajudam a ampliar as experiências educativas e sociais das crianças enquanto são acolhidas pela Casa.

A profissional destaca que a elaboração desses projetos é estratégica, ou seja, alinha-se às ações da CAI às temáticas e objetivos de cada financiador. Cada um dos projetos são estruturados por ela de forma detalhada incluindo a temática, objetivo geral e objetivos específicos de acordo com a finalidade do projeto, metas, etc., logo, funciona como um planejamento sistemático que visa a manutenção da instituição quanto ao desenvolvimento das crianças.

Por fim, foi questionado à pedagoga qual aspecto que ela considera mais significativo em sua prática pedagógica na CAI, e ela respondeu:

[...], a gente como pedagogo dentro de uma casa de acolhimento, atua como mediador no processo de desenvolvimento emocional, cognitivo, [...], e principalmente o social dessas crianças que estão aqui acolhidas, [...], eu elaboro projetos, eu faço planos de atendimento individualizado, garantindo que realmente se tenha um real desenvolvimento dessa criança enquanto ela tiver aqui acolhida e também promover pra que ela tenha, consiga, [...], voltar a sua reinserção social, [...], eu acho que a gente vai muito além porque meu trabalho está profundamente ligado ao cuidado, à proteção, ao desenvolvimento integral das crianças que estão em situação de vulnerabilidade social, [...]

Observa-se que o que a profissional considera de mais significativo é se desempenhar como mediadora do processo de desenvolvimento integral das crianças, contemplando não apenas os aspectos cognitivos, como também emocionais e sociais. Ela enfatiza a importância e necessidade de elaborar projetos e o PIA para que cada acolhido tenha oportunidades concretas de aprendizagem e reinserção social. Portanto, seu trabalho inclui tanto o acompanhamento escolar e pedagógico quanto a promoção de atividades de lazer.

Ainda dentro da pergunta, a pedagoga ressalta e destaca o caráter interdisciplinar de sua prática, que ela não faz o trabalho sozinha:

[...], eu não trabalho sozinha, junto vem a psicóloga, vem a assistente social, vem a própria direção, vem as cuidadoras, então assim, eu participo de todos esses âmbitos, a gente trabalha em parceria com os outros profissionais para que a gente consiga assegurar esse ambiente acolhedor, mais seguro, mais estimulante, então acho que é isso, meu papel é essencial.

Logo, a pedagoga trabalha em parceria com a assistente social, com a psicóloga, com a gestão e as cuidadoras para garantir um ambiente seguro, que seja acolhedor e estimulante, em que o processo educativo se integra às ações de cuidado e proteção, consolidando seu papel como essencial dentro da instituição de acolhimento.

CONCLUSÃO

Esta monografia teve como objetivo compreender o exercício do(a) profissional da pedagogia em instituições de acolhimento destinadas a crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social. Logo, buscamos analisar como o(a) pedagogo(a) contribui para o bem-estar das crianças acolhidas considerando alguns aspectos - sociais, educacionais, entre outros.

O interesse da autora para com esta monografia é de colaborar para a ampliação das discussões sobre a atuação do pedagogo em contextos de acolhimento institucional visando mostrar a relevância desse profissional no acompanhamento educacional de crianças em contexto de vulnerabilidade. E, para contribuir e fundamentar o trabalho, alguns autores foram importantes para a construção teórica, na qual ofereceram subsídios e possibilitaram a compreensão, de forma mais ampla, acerca do papel do pedagogo em espaços como uma CAI. Além dos autores, documentos também auxiliam nesta construção, como a Constituição Federal do Brasil (CF-1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – 1990) e as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2010).

Tendo em vista os dados coletados e recolhidos, analisamos três pontos baseados nos objetivos específicos destacados. No primeiro ponto, foi possível compreender de forma mais clara o funcionamento da CAI pesquisada, localizada no Recife, fazendo destaques a sua organização e adequação de sua estrutura às orientações técnicas, tal como o compromisso do espaço em oferecer um ambiente acolhedor e educativo.

Embora existam algumas limitações estruturais, como a ausência de uma sala exclusiva para funcionários, o espaço mostra-se coerente com os princípios de convivência familiar e comunitária propostos pela normativa, as Orientações técnicas (2010). Logo, observa-se que o campo pesquisado demonstra empenho em promover o bem-estar e a autonomia dos acolhidos, por mais que ainda enfrente desafios comuns, como a necessidade de articulação constante com a rede de apoio e proteção e a dependência de projetos sociais para manutenção da instituição.

No segundo ponto, foi abordada a prática dos funcionários da CAI, destacando a relevância do trabalho coletivo e interdisciplinar entre os profissionais que compõem a equipe técnica. Identificamos que o gestor exerce um papel fundamental na coordenação

administrativa da instituição e na articulação das ações cotidianas. Já a assistente social realiza atividades no acompanhamento familiar e na busca pela reintegração das crianças. E, as cuidadoras/educadoras, por sua vez, assumem um papel importante no fortalecimento de vínculos e no cuidado diário das crianças assistidas pela Casa. Em linhas gerais, o segundo tópico da análise mostrou que o êxito do acolhimento institucional está ligado à cooperação entre os profissionais, à formação continuada e à responsabilidade humana e ética que guia as práticas realizadas no contexto da instituição.

No último ponto, constatamos que o trabalho da pedagoga se mostra relevante no acompanhamento socioemocional e pedagógico das crianças, mesmo que sua presença em um espaço como a CAI não seja uma exigência das Orientações técnicas (2010). Suas contribuições articulam a educação e o cuidado através de oficinas, acompanhamento escolar, planos individualizados como o PIA e o PAE, e, por meio de projetos.

A sua prática, expressa um compromisso com o desenvolvimento integral das crianças, contemplando o desenvolvimento social, emocional e cognitivo, reforçando também a importância do trabalho interdisciplinar com os outros profissionais da Casa de Acolhimento.

Entretanto, foi percebido que o trabalho da pedagoga envolve múltiplas funções, e essa concentração de tarefas e/ou responsabilidades pode gerar uma sobrecarga na profissional, evidenciando a necessidade de apoio adicional ou até mesmo uma redistribuição de tarefas para garantir a eficácia das ações pedagógicas e a qualidade do atendimento, sem comprometer o bem-estar profissional.

Considera-se que os objetivos, geral e específicos, que foram destacados outrora, foram alcançados, devido ao fato de que, a pesquisa permitiu refletir sobre as potencialidades e desafios da prática pedagógica nesse contexto.

Acreditamos que este trabalho contribuirá para a reflexão a respeito do trabalho do(a) profissional da pedagogia dentro de uma CAI, pondo em destaque a importância de práticas e atividades educativas que busquem promover as dimensões do desenvolvimento humano.

Dentre os resultados alcançados com o processo investigativo, verificou-se que existem CAIs que não integram o profissional da Pedagogia. Destarte, a não participação do(a) profissional da psicologia impossibilitou a coleta de dados completos sobre as perspectivas profissionais da equipe técnica.

Logo, embora este estudo tenha se mostrado enriquecedor e de grande valia, acreditamos que em futuras investigações voltadas para essa temática, haja o aprofundamento sobre políticas públicas de acolhimento institucional, assim como o uso de metodologias ativas voltadas para o reforço escolar e tecnologias educacionais podem ser exploradas e utilizadas com as crianças e adolescentes que integram as CAIs.

Em conclusão, percebe-se que as contribuições do profissional da pedagogia em Casas de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade evidenciam resultados significativos, como também variados desafios. Assim, o pedagogo mostra-se fundamental para promover um ambiente inclusivo, educativo e humanizado, oportunizando muitas aprendizagens e fortalecendo vínculos. Acreditamos e desejamos que estes espaços continuem sendo um ambiente de acolhida, reflexões e práticas que sejam voltadas para a garantia da educação a esses indivíduos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marluce Jacques de. **Retrospectiva histórica da didática e o educador**. Ano 2, nº 2 – dezembro 2002. p. 38-60.

ARPINI, Dorian Mônica. **Repensando a Perspectiva Institucional e a Intervenção em abrigos para Crianças e Adolescentes**. Psicologia, ciência e profissão, 2003, 21 (3), 70-75.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. Brasiliense: 1982.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 07. maio. 2024.

BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 07. maio. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. LDB – Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 07. maio. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social (coord.). **Orientações Técnicas para o serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília: 2009a. Aprovado pela Resolução Conjunta n. 1, de 18 de junho de 2009. Aprovado pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA n. 1, de 18 de junho de 2009. Alterado pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA n. 2, de 16 de setembro de 2010.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. **A pesquisa em ciências humanas, ciências sociais e educação**: questões éticas suscitadas pela regulamentação brasileira. Educ.

Pesqui., São Paulo, v. 46, e217224, 2020.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais** / Antonio Chizzotti.

2. Ed. – São Paulo: Cortez, 1998. – (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v. 16).

CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, p. 164. 2001.

DOURADO, Ana; FERNANDEZ, Cida. **Uma história da criança brasileira.** Recife: CENDHEC; Belo Horizonte: Palco, 1999.

GARCIA, Mariana Ferreira. **A constituição histórica dos direitos da criança e do adolescente: do abrigo ao acolhimento institucional.** 2009. 54 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1987

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política.** São Paulo: Cortez, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal: Direitos e aprendizagens dos cidadãos (ãs) em tempos do coronavírus.** Revista Humanidades e Inovação v.7, n.7.7 – 2020.

LARA, Ângela Mara de Barros; MOLINA, Adão Aparecido. **Pesquisa Qualitativa: apontamentos, conceitos e tipologias.** In: Cèzar de Alencar Arnaut de Toledo; Maria Teresa Claro Gonzaga. (Org.). Metodologia e Técnicas de Pesquisa nas Áreas de Ciências Humanas. Maringá: EEduem, v. 01, p. 121-172, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez Editora, p. 258, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** / José Carlos Libâneo. – 12. Ed. – São Paulo, Corte, 2010.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. MIOTO, Regina Célia Tamaso. **A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo.** Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 1 p. 93-104. jan/jun. 2007.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas** / Menga Ludke, Marli

E.D.A. André. – São Paulo: EPU, 1986.

LUVIZARO, Nathália Azevedo. GALHEIGO, Sandra Maria. **Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo.** Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 191-199, maio/ago. 2011.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Capítulo IV

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas / Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres (et al.).** – São Paulo; Atlas, 1999.

SANTOS, Vanessa Silva. SANTOS, Valdeci Luiz Fontoura dos. **A atuação do pedagogo na educação não-formal: quais possibilidades de intervenção profissional?** Interfaces da Educ. Paranaíba. v. 2, n. 5, p.99-109, 2011.

APÊNDICE

Apêndice A - Roteiro da observação

1. Estrutura do espaço físico da Casa de Acolhimento:

1.1 Área externa: Parque/área recreativa

1.2 Cozinha

1.3 Refeitório

1.4 Quartos

1.5 Banheiros

1.6 Sala de funcionários

1.7 Sala do/a gestor/a

1.8 Sala para equipe técnica

1.9 Ambiente para estudo

2. Funcionários atuantes na Casa de Acolhimento:

2.1 Voluntários

2.2 Funcionários contratados

2.3 Funcionários efetivos

3. Atividades realizadas pelas crianças na Casa de Acolhimento:

3.1 Atividades livres

3.2 Atividades Dirigidas

Apêndice B - Roteiro de entrevista - Pedagogo(a)

1. Dados de identificação:

- a. Nome:
- b. Formação (graduação, pós-graduação):
- c. Exercício docente em escola:
- d. Tempo de exercício:
- e. Exercício docente na Casa de Acolhimento:
- f. Tempo de exercício:

- O que o/ a incentivou a atuar em uma Casa de Acolhimento para atender às crianças em situação de vulnerabilidade?
- O(a) senhor(a) acha que a sua formação de fato contribui para atuar em um ambiente como uma Casa de Acolhimento?
- Durante o período da sua formação enquanto pedagogo(a) houve algum momento voltado para o ensino nos espaços não formais?
- Quais os desafios estão presentes no dia a dia na instituição com relação a aprendizagem das crianças?
- Como a prática pedagógica integra o contexto da Casa de Acolhimento?
- Quais intervenções pedagógicas o(a) senhor(a) realiza com as crianças na Casa de Acolhimento?
- Como se dá o processo de avaliação pedagógica nessa instituição?
- Na instituição há alguma criança com alguma necessidade educacional especial? Se sim, como se dá o auxílio pedagógico e inclusão dessa criança?
- Como o(a) senhor(a) relaciona a prática pedagógica ao contexto e história de vida das crianças?
- Comente sobre as estratégias que utiliza para que haja promoção do desenvolvimento integral e aprendizagem das crianças?
- Descreva o que considera de mais significativo na sua prática pedagógica nesse espaço.

Apêndice C - Roteiro de entrevista - Psicólogo(a)

1. Dados de identificação:

- a. Nome:
- b. Formação (graduação, pós-graduação):
- c. Exercício docente em escola:
- d. Tempo de exercício:
- e. Exercício docente na Casa de Acolhimento:
- f. Tempo de exercício:

- O que o/a incentivou a atuar em uma casa de acolhimento para crianças em situação de vulnerabilidade?
- Qual a sua função na casa de acolhimento e quais são suas responsabilidades nessa instituição?
- Quais tipos de atividades de intervenção o(a) senhor(a) faz com as crianças assistidas?
- Como psicólogo(a), quais os desafios que o(a) senhor(a) enfrenta no dia a dia com relação ao atendimento às crianças na instituição?
- O(a) senhor(a) trabalha em conjunto com os demais profissionais atuantes como o(a) pedagogo, por exemplo? Se sim, como se dá a articulação entre as intervenções pedagógicas e psicológicas na casa de acolhimento?
- O(a) senhor(a) acha que é importante que a casa de acolhimento seja também um espaço educativo além de oferecer o apoio psicológico? Se sim, considera importante ter a presença de um(a) pedagogo(a) nesse ambiente ou não?

Apêndice D - Roteiro de entrevista - Assistente Social

1. Dados de identificação:

- a. Nome:
- b. Formação (graduação, pós-graduação):
- c. Exercício docente em escola:
- d. Tempo de exercício:
- e. Exercício docente na Casa de Acolhimento:
- f. Tempo de exercício:

- O que o/a incentivou a atuar em uma casa de acolhimento a crianças em situação de vulnerabilidade?
- Qual a sua função na casa de acolhimento e quais são suas responsabilidades nessa instituição?
- Como assistente social, quais os desafios que o(a) senhor(a) enfrenta no dia a dia na instituição?
- Como é a sua comunicação e relacionamento com as crianças na casa de acolhimento?
- O(a) senhor(a) faz alguma atividade com as crianças? Se sim, qual é o tipo de atividade? Faz em conjunto com algum outro profissional?
- O(a) senhor(a) trabalha em conjunto com os demais profissionais atuantes como o(a) pedagogo, por exemplo? Se sim, como se dá a articulação entre as ações pedagógicas e do serviço social na casa de acolhimento?
- O(a) senhor(a) acha que é importante que a casa de acolhimento seja também um espaço educativo? Se sim, considera importante ter a presença de um(a) pedagogo(a) nesse ambiente ou não?

Apêndice E - Roteiro de entrevista - Gestor(a)

1. Dados de identificação:

- a. Nome:
- b. Formação (graduação, pós-graduação):
- c. Exercício docente em escola:
- d. Tempo de exercício:
- e. Exercício docente na Casa de Acolhimento:
- f. Tempo de exercício:

- O que o estimulou a atuar em uma casa de acolhimento para crianças em situação de vulnerabilidade?
- Qual a sua função na casa de acolhimento e quais são suas responsabilidades nessa instituição?
- Mediante sua visão como diretor(a) da casa de acolhimento, quais os desafios que o(a) senhor(a) acredita que a instituição enfrenta atualmente?
- Há algum tipo de formação para os funcionários da instituição?
- A instituição possui um Projeto Político Pedagógico (PPP)? Se sim, como o mesmo foi elaborado e como é a convivência pela instituição?
- O(a) senhor(a) acha que é importante que a casa de acolhimento seja também um espaço educativo? Se sim, considera importante ter a presença de um(a) pedagogo(a) nesse ambiente ou não?
- O(a) senhor(a) considera que o(a) pedagogo(a) contribui na construção de um ambiente acolhedor e inclusivo na Casa de Acolhimento?

ANEXOS

Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO - TCLE

Cumprimento Sr./Sr. ^a ao tempo em que solicito a sua participação na pesquisa intitulada O EXERCÍCIO DO(A) PROFISSIONAL DA PEDAGOGIA EM UMA CASA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS VÍTIMAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL NA CIDADE DO RECIFE- PE, integrante do **Curso de Licenciatura em Pedagogia**, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. A referida pesquisa tem como objetivo geral, compreender o exercício do(a) profissional de pedagogia em um abrigo institucional para crianças e adolescentes, e será realizada por Kallyne Viana Cajá da Silva, estudante do referido curso.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista semiestruturada, com utilização de recurso de Gravador de celular, a ser transcrita na íntegra quando da análise dos dados coletados. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, contudo, será mantido o anonimato dos respondentes participantes da pesquisa. Dessa forma, a participação na pesquisa não incide em riscos de qualquer espécie para os respondentes. A sua aceitação na participação dessa pesquisa contribuirá para o/a licenciando escrever sobre o tema que estuda, a partir da produção do conhecimento científico.

Consentimento pós-informação

Eu,

, estou ciente das condições da pesquisa, acima referida, da qual livremente participei, sabendo ainda que não serei remunerado/a por minhas contribuições e que posso afastar-me quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo/a pesquisador/a, ficando uma via para cada um/a.

Recife, PE, _____ de _____ de 2025

Assinatura do/a participante

Assinatura do/a pesquisador/a
